

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA NORMAL SUPERIOR - ENS
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**RURALIDADES NO URBANO-METROPOLITANO: RESISTÊNCIAS E
PERMANÊNCIAS DO RURAL NAS CIDADES DE IRANDUBA E SILVES/AM**

MATHEUS PINTO DE SOUZA

MANAUS

2019

MATHEUS PINTO DE SOUZA

**RURALIDADES NO URBANO-METROPOLITANO: RESISTÊNCIAS E
PERMANÊNCIAS DO RURAL NAS CIDADES DE IRANDUBA E SILVES/AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade
do Estado do Amazonas para a obtenção do título de
Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Ma. Susane Patrícia Melo de Lima

MANAUS

2019

AGRADECIMENTOS

“A mim mesmo, por que fui eu que fiz...”

De fato, fui eu quem foi a campo, fui eu quem leu a bibliografia, fui eu quem escreveu este trabalho, porém, eu nunca estive só nessa caminhada, e assim sendo, agradeço imensamente a Prof^a. Susane Patrícia Melo de Lima, pelo apoio depreendido e por acreditar em mim e nesta pesquisa, bem como ao prof^o. Isaque dos Santos Sousa, pela empatia e confiança a mim depositados, e a ambos por pensarem a pesquisa junto comigo. Agradeço aos meus familiares, amigos, professores e a todos que de alguma forma me incentivaram e colaboraram com a minha formação, e por fim, agradeço ao meu filho Gabriel que é a razão das minhas lutas e a quem devo muito pela ausência.

RESUMO

A geografia busca a compreensão do espaço geográfico a partir da relação homem/meio, e com a crescente urbanização, que chega a espaços antes predominantemente rurais, é cada vez maior o número de pessoas vivendo nas cidades. Desta forma, torna-se necessário compreender os processos de transformação e apropriação do espaço que se assiste atualmente. Contudo, o presente estudo pauta-se em analisar a configuração do espaço evidenciando as ruralidades no urbano das cidades de Iranduba e Silves, ambas integrantes da região Metropolitana de Manaus. Através do método Histórico-Crítico-dialético, buscou-se identificar os objetos que representam as permanências do rural no espaço urbano destes municípios, apontando as práticas e costumes característicos da vida no campo que se perpetuam no cotidiano dos moradores, bem como, compreender como o processo de metropolização influencia, ou não, as permanências do rural dentro do espaço urbano metropolitano. Nota-se que, a pesar da chegada e da difusão dos símbolos e do ideário urbano aos espaços rurais, práticas e costumes comuns a estes espaços, como o cultivo de hortaliças e a criação de animais de pequeno porte, continuam a fazer parte do cotidiano e da vida de parte da população, apresentando-se como formas de resistências ao urbano ou mesmo como permanências dos geossímbolos do rural.

Palavras-chave: espaço rural; ruralidades no urbano; Iranduba/AM; Silves/AM.

ABSTRACT

Geography seeks to understand the geographical space from the relationship between man and environment, and with the growing urbanization, which reaches previously predominantly rural spaces, there is an increasing number of people living in cities. Thus, it is necessary to understand the processes of transformation and appropriation of space that is currently being watched. However, this study aims to analyze the configuration of the space, highlighting the ruralities in the urban areas of Iranduba and Silves, both members of the metropolitan region of Manaus. Through the Historical-Critical-dialectical method, we sought to identify the objects that represent the permanence of the rural in the urban space of these municipalities, pointing out the practices and customs characteristic of rural life that are perpetuated in the daily lives of residents, as well as understand how The process of metropolization influences, or not, the permanence of the rural within the metropolitan urban space. Despite the arrival and spread of urban symbols and ideas in rural areas, common practices and customs such as the cultivation of vegetables and the raising of small animals continue to be part of everyday life. and the life of part of the population, presenting itself as forms of resistance to the urban or even as permanences of the geosymbols of the rural.

Keywords: rural space; ruralities in the urban; Iranduba / AM; Silves / AM.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Localização da área de estudo.	12
Figura 2 - Mapa roteiro atividade campo em Iranduba.	30
Figura 3 - Mapa roteiro de atividade de campo em Silves.	31
Figura 4 - Roteiro metodológico.....	33
Figura 5 – Mapa de Localização de Iranduba – AM	35
Figura 6 – Mapa de Localização de Silves – AM.....	37
Figura 7: Localização das ruralidades em Iranduba /AM.....	40
Figura 8: Localização das ruralidades em Silves/AM.	41
Figura 9: Criação de galinhas e picotes no quintal de casa – Iranduba/AM.....	42
Figura 10: Criação de galinhas e picotes no quintal – Silves/AM.....	43
Figura 11: Canteiro em quintal - Iranduba/AM	44
Figura 12: Canteiro suspenso em quintal – Silves/AM.	45
Figura 13: Canteiro Suspenso em quintal B - Silves/AM.....	45
Figura 14: Cultivo de macaxeira e abacaxi no quintal – Silves/AM.....	46
Figura 15: Cultivo de macaxeira – Iranduba/AM.....	47
Figura 16: Bairro Alto, centro de Iranduba/AM.....	48
Figura 17: Residência na zona urbana de Iranduba/AM – Chácara Alvarez.....	49
Figura 18: Residência com cultivos - Silves/AM.....	50
Figura 19: Mulher sintonizando o Rádio - Iranduba/AM.....	53
Figura 20: Mulher alimentando criação - Iranduba/AM.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Modais de transporte Manaus x Iranduba e Manaus x Silves	37
---	----

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PDMI – Plano Diretor Municipal de Iranduba

PDMS – Plano Diretor Municipal de Silves

RM – Região Metropolitana

RM's – Regiões Metropolitanas

RMB – Região Metropolitana de Belém

RMM – Região Metropolitana de Manaus

ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. RURAL, URBANO, CIDADE E METRÓPOLE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
2.1. Da Cidade à Metrópole	14
2.2. Rural e Urbano: do Conflito ao <i>Continuum</i>	18
2.3. A Ruralidade em seus Aspectos Materiais e Imateriais	21
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA PENSAR/FAZER A PESQUISA	26
3.1. Primeiros passos: a crítica da contradição como método de análise	27
3.2. Trilha de migalhas: pistas para seguir o caminho científico	28
4. REALIDADES DÍSPARES E O RURBANO EM IRANDUBA E SILVES	34
4.1. Iranduba e Silves: nuances de realidades opostas	34
4.2. Ruralidades no urbano: materialidades do espaço rural nas cidades de Iranduba e Silves	38
4.3. Territorialidades e subjetividades: o modo vida rural no urbano de Iranduba e Silves	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA NOVOS COMEÇOS	57
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1. INTRODUÇÃO

O espaço rural foi conceitualmente construído tendo como base principalmente dados estatísticos sobre a população residente nestes espaços, bem como dados referentes à produção agropastoril, e quanto a este aspecto, no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) teve papel importante a partir dos estudos desenvolvidos em todo território nacional. Desta forma, o rural fora quase sempre associado ao lugar da produção, da baixa densidade populacional, frágil infraestrutura, lugar do atraso.

A mudança que se observou no país, sobretudo a partir da industrialização brasileira, quando o número de pessoas morando nas cidades cresceu de forma considerável (SANTOS, 2013), também conhecido como êxodo rural, colocou o país como sendo predominantemente urbano, e as cidades passaram a ser sinônimo do progresso, da modernidade, expandindo-se, formando grandes centros urbanos, as metrópoles.

A partir disso, os espaços rural e urbano estabeleceram-se – conceitualmente – como duais, onde o campo representava a estagnação do passado, e a cidade, o dinamismo do futuro, o moderno. No espaço urbano a atuação de agentes e atores hegemônicos se dá de maneira diferente do rural, havendo assim, o que Rua (2006; 2013) chamou de intrusão do urbano no rural, através da intensificação dos fluxos e da difusão de códigos característicos da cidade no rural, que segundo o autor, configuram-se em urbanidades no rural.

A Região Metropolitana de Manaus (RMM) surge a partir do interesse Estatal em auferir recursos para investir nos municípios integrantes, e para Sousa (2015) a principal iniciativa se materializa através da construção da ponte sobre o rio Negro, que passou a ligar alguns municípios à metrópole amazonense¹ impulsionando o mercado imobiliário, principalmente nos municípios de Iranduba e Manacapuru. Assim, ocorre que nestes espaços, tidos anteriormente como exclusivamente rurais e que hoje agregam características do urbano, o processo de metropolização irradia uma nova condição, caracterizando-os como área de expansão.

Segundo Veloso, Sousa e Lima (2019) essa mudança observada ocorre seguindo dois critérios, sendo um deles ligado

¹ A ponte Jornalista Phelippe Daou foi inaugurada em outubro de 2011, facilitando o acesso a três municípios da borda sul da RMM, Iranduba, Manacapuru e Novo Airão.

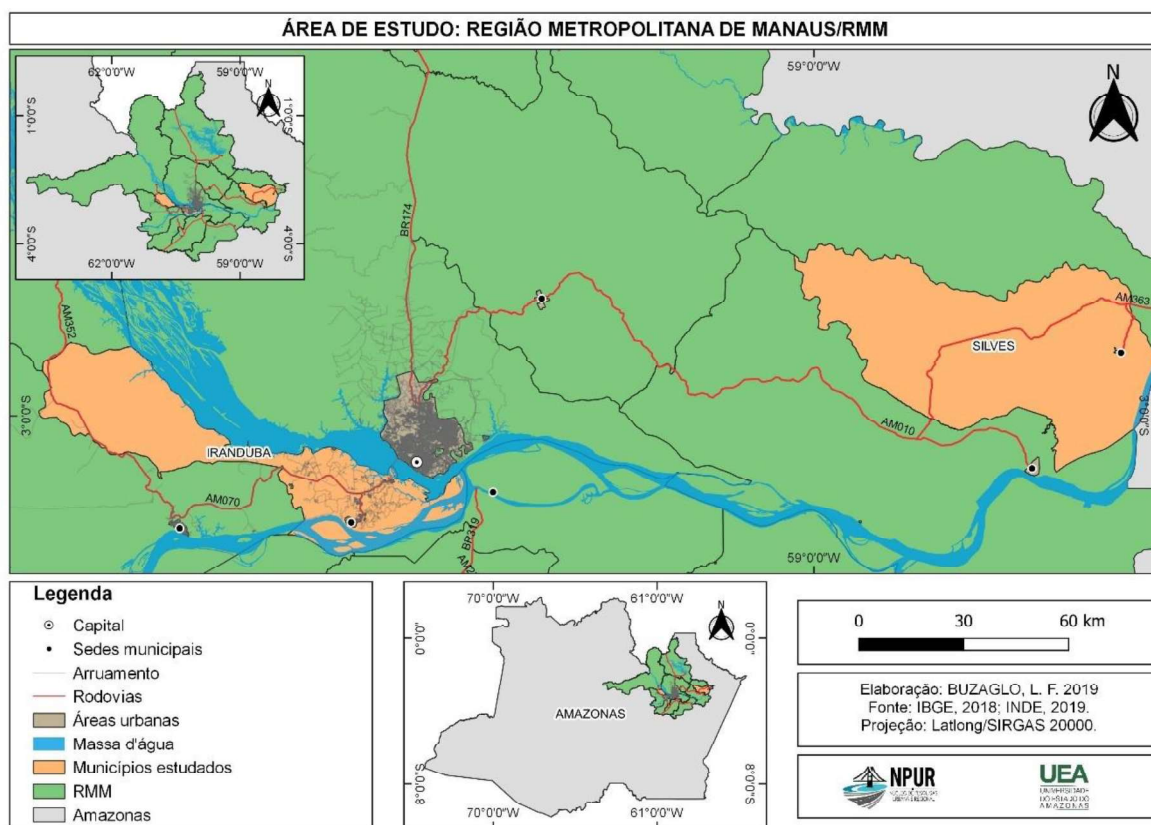
a precarização da vida cotidiana, a intensificação da produção de assentamentos habitacionais cada vez mais distantes dos núcleos urbanos originais e mesmo da sua periferia mais imediata; uma relativa suburbanização de parcelas das classes médias e altas, com a produção de assentamentos específicos para esses grupos de renda fora do núcleo metropolitano das cidades, configurando assentamentos exclusivos mais distantes (VELOSO, SOUSA, LIMA; 2019).

No Amazonas a vida – em espaços urbanos e rurais – difere-se em muitos aspectos das demais regiões do país, assim, a vida ribeirinha² difere-se principalmente pela dinâmica fluvial e as práticas de agricultura familiar. Desta forma, a ruralidade se manifesta através de aspectos materiais e imateriais, como absorção da tecnologia como a TV e a internet, mas mantendo a reprodução de hábitos do cotidiano como o cultivo de hortaliças, a criação de pequenos animais no quintal, a pesca, falar da vida com os vizinhos, aspectos incomuns nos grandes centros urbanos, pelos ritmos e intensidade da dinâmica cotidiana.

Buscou-se através deste estudo analisar a configuração do espaço urbano identificando as resistências e mesmo as permanências do rural neste, das práticas e costumes que se reproduzem dentro do espaço urbano das cidades de Iranduba e Silves, ambas na RMM. O recorte espacial escolhido justifica-se pela forma de interação dos municípios elencados com a metrópole (Figura 1).

² Ribeirinhos são povos que vivem nas margens dos rios na região amazônica. Sobre este tema, ver Trindade Jr. (2010).

Figura 1 – Mapa de Localização da área de estudo.



Org. BUZAGLO, L. F., 2019.

Como forma de obter os resultados pretendidos delimitaram-se três objetivos específicos. Em primeiro lugar, buscou-se identificar quais os objetos que representam as permanências do rural no espaço urbano nos municípios pesquisados. O segundo objetivo manteve como foco apontar as práticas e costumes característicos da vida rural presentes no cotidiano dos moradores como formas de resistência. O terceiro pautou-se em compreender como o processo de metropolização influencia ou não as permanências do rural dentro do espaço urbano metropolitano a partir da realidade observada.

Parte-se da hipótese de que essa inserção de aspectos do urbano no rural, sobretudo através da constituição dos planos diretores municipais onde espaços rurais passam a constituir espaços urbanos³, ocorre de forma desordenada e suas práticas socioespaciais. Contudo, esta mudança não altera por completo os costumes da população, fazendo com que práticas e costumes comuns ao modo de vida rural continuem a serem reproduzidos na cidade.

³ Plano Diretor Municipal de Iranduba, Lei nº 129, de 21 de fevereiro de 2011; Código de Postura do Município de Silves, Lei Complementar nº 005 de 09 de janeiro de 2014.

A pesquisa recorreu ao método histórico-crítico-dialético por valer-se fatos históricos que deram início aos fenômenos investigados e que passam pela análise do pesquisador como forma de chegar aos resultados pretendidos (SPOSITO, 2000; 2004). Portanto, o método dialético busca, através da discordância do que se tem estabelecido como verdade, o confronto de ideias, sendo este o caminho para se chegar ao cerne da questão observada.

A Ruralidade é compreendida como resultante do processo de reestruturação da sociedade, através de processos de reterritorialização (HAESBAERT, 2004) onde as práticas e vivências do rural se perpetuam na cidade (RUA, 2006; LEFEBVRE, 2001) bem como através da ocorrência de “geossímbolos”, assim descritos por Floriani et al, (2017) como fragmentos materiais e imateriais.

Quanto a estrutura do trabalho o mesmo divide-se da seguinte forma, no primeiro capítulo dedicou-se à fundamentação teórica, na qual foi feita uma breve discussão sobre conceitos que fizeram parte das análises apontando a cidade, o urbano e a metrópole, bem como seus processos de criação e constituição; foram abordados também aspectos relativos aos conceitos de desterritorialização e reterritorialização explanados por Haesbaert (2004) e a Ruralidade, a partir de autores como Floriani (2017), Lefebvre (2001) e Rua (2006). No segundo capítulo é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa, o método histórico-crítico-dialético, os procedimentos metodológicos e operacionais, bem como as etapas desenvolvidas durante o estudo. No terceiro capítulo são apresentados os resultados, análises e discussões. Por fim, no último capítulo são feitas as considerações finais.

2. RURAL, URBANO, CIDADE E METRÓPOLE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A investigação por nós proposta, acerca do espaço rural, a priori não nos pareceu ser uma tarefa tão complexa quanto se apresentou no decorrer da pesquisa, talvez por que, de início, não tenhamos observado mais atentamente o seu encadeamento a outros espaços, e que nos exigiu maior tato e rigor com as análises, considerando tais ligações. Portanto, nos parece pertinente fazer breves considerações sobre alguns dos conceitos que, inevitavelmente, farão parte e constarão durante todo o texto, visto que o rural possui relações, e mesmo conexões, com a cidade, com o urbano e com a metrópole.

Salientamos, entretanto, que não pretendemos nos aprofundar na discussão sobre estes outros conceitos – cidade, urbano e metrópole – uma vez que nosso objeto de estudo é prioritariamente o espaço rural em suas múltiplas dimensões e manifestações, sendo este mais amplamente discutido durante todo nosso percurso.

Entendemos assim que para compreendermos o espaço rural é necessário que antes compreendamos como as relações entre o rural o urbano, a cidade e a metrópole têm influências para a constituição do espaço geográfico em suas múltiplas dimensões e relações, para que assim, possamos de forma clara, estabelecer quais as permanências do rural no espaço urbano das cidades analisadas.

Desta forma, exporemos sobre a construção destes conceitos, fazendo um resgate da produção bibliográfica acerca do surgimento das primeiras cidades e de suas transformações, influenciadas pelo desenvolvimento da sociedade, do modo de produção capitalista e da globalização, fazendo surgir as grandes metrópoles e tornando o urbano cada vez mais perceptível, mesmo em espaços rurais (RUA, 2013), bem como, exporemos sobre o espaço rural, suas características e a ruralidade como modo de vida.

2.1. Da Cidade à Metrópole

As primeiras cidades se consolidam a partir do momento em que os grupos humanos têm a necessidade de estabelecer-se em dada porção do território, buscando principalmente segurança e a disponibilidade de alimento suficiente para subsistência sem a necessidade de deslocamento para coleta. Segundo Carlos (2008) as cidades surgem a partir do momento em que “o homem deixa de ser nômade, fixando-se no solo como agricultor” (CARLOS, 2008, p. 58).

Para Sjoberg (1970) os níveis de organização e, portanto, os contributos para o surgimento das primeiras cidades, estão atrelados a três fatores principais, sendo estes:

O menos complexo dos três - a “sociedade de gente” - é pré-urbano, e também antecede a alfabetização; consiste, tipicamente, em pequenos grupos homogêneos e auto-suficientes, dedicados inteiramente à busca da alimentação [assim] chegaram a um segundo estágio: uma sociedade pré-industrial ou “feudal”. Nessa sociedade já se estocava a alimentação proveniente tanto da agricultura como da criação [e] a cidade industrial moderna é associada com um terceiro nível de complexidade na organização humana, um nível caracterizado pela educação das massas, um sistema de fluido e, o mais importante, um tremendo avanço técnico que usa novas fontes de energia (SJOBORG, 19xx, pp. 36-37).

Desta forma, entendemos que a mudança observada nas cidades está diretamente atrelada ao desenvolvimento tecnológico bem como a maior complexidade da sociedade, que passa a fazer diferentes usos do meio ambiente e de seus recursos, transformando a paisagem para que esta atenda suas necessidades.

Assim, desde o advento das primeiras cidades podemos aferir a importância que o meio tem para a vida humana, uma vez que os primeiros grupos humanos sempre buscavam consolidar-se em terrenos propícios ao desenvolvimento de práticas agrícolas, ainda que inicialmente, sem a utilização de ferramentas mais sofisticadas, pois segundo Carlos (2008) “as inovações mais importantes dessa fase são as descobertas de técnicas ainda incipientes de irrigação e de adubagem do solo [e] o uso do arado e dos veículos de roda” (CARLOS, 2008, p. 59).

Na Amazônia, segundo Browder e Godfrey (2006) as cidades surgem com a descoberta e a exploração de riquezas – metais preciosos e recursos da floresta – e a implantação de grandes projetos estatais, que objetivavam a ocupar e manter o domínio do vasto território.

Na Amazônia o quadro não é compatível se comparado ao das demais cidades do país, e segundo Oliveira (2007) as cidades amazônicas “são lugares onde pulsam modos de vida que se diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano em outras regiões do Brasil” (OLIVEIRA, 2007, p. 171), fato este facilmente observado por quem visita qualquer núcleo urbano na região amazônica.

São vários os contributos para essa diferenciação, mas certamente o que se sobressai nas cidades amazônicas são as dinâmicas voltadas para o rio, e embora as estruturas venham sendo alteradas, sobretudo a partir do final do século XX, com a construção de rodovias e a maior intensificação dos fluxos – de mercadorias, pessoas,

informações (OLIVEIRA, 2007), suas relações com os rios ainda se perpetuam, mesmo que de modo diferente e com menor intensidade.

Oliveira (2007) afirma que

dessas cidades, temos a primeira visão de longe, quando o barco se aproxima. Se for dia, vemos a torre da telefônica – antes víamos a torre da igreja. A noite, é o clarão da cidade que se chega vagarosamente, sem pressa [...] é quase sempre assim que se chega à maioria das cidades ribeirinhas e delas se tem a primeira impressão, que nem sempre fica, pois a concretude de um arruamento caótico, de equipamentos urbanos inexistentes ou inadequados, dá outra impressão dessas pequenas cidades mergulhadas na inércia (OLIVEIRA, 2007, p. 172).

Na atualidade o papel do espaço é alterado uma vez que o desenvolvimento das técnicas oportuniza ao homem explorar mais – e melhor – porções de terra antes tidas como inadequadas ou impróprias às práticas da vida humana. Para Santos (2014)

pode-se, pois, dizer a respeito destas novas realidades que tais especializações na utilização do território – sejam elas originalmente naturais ou culturais, ou provenham de intervenções políticas e técnicas – significam uma verdadeira redescoberta da Natureza ou pelo menos uma revalorização total, na qual cada parte, isto é, cada lugar, recebe um novo papel, ganha um novo valor (SANTOS, 2014, p. 33).

O crescimento das cidades não acontece de forma homogênea, cada cidade tem suas raízes fincadas em diferentes contextos históricos, sociais, econômicos, políticos, e, portanto, não podem ser tomadas como produtos de processos equivalentes. Contudo, o que se observa predominantemente nas cidades brasileiras, é um crescimento desordenado e como consequência disto, há a ocorrência de diversos problemas, sobretudo os relacionados à moradia, oferta de emprego, violência, questões que condicionam e alteram a estrutura da sociedade e impactam a vida cotidiana nestes espaços.

Essa reconfiguração do espaço da cidade que se observa na atualidade, tem como principais causas as novas formas de organização da sociedade e dentro deste contexto de mudanças, os espaços metropolitanos tem se tornado objeto de estudos que objetivam a compreensão das novas dinâmicas que estruturam estes espaços a partir de ações de agentes hegemônicos, bem como, das interações sociais que se estabelecem meio aos processos de difusão de novos códigos e redes.

Segundo Lencioni (2013) para compreendermos a atual configuração socioespacial é preciso lançar mão de novos conceitos e buscar novas classificações, que perpassem a antiga apreensão do espaço, e neste contexto, a metropolização torna-se uma forma de análise coerente para a busca pela explicação do espaço contemporâneo.

Lencioni (2013) argumenta que

a metropolização do espaço [...] não se trata de uma simples transformação, mas de uma verdadeira metamorfose, pois implica em profundas alterações, quer de formas, bem como de estrutura e natureza [ou seja], se constitui num processo socioespacial que metamorfoseia o território [sendo] imanente ao processo de globalização embora não se restrinja a essa fase do capitalismo (LENCIONI, 2010, p. 17).

A autora embasa suas afirmações – acerca da metropolização – nos estudos de Bernad Kayser que traçou um perfil dual entre as mudanças na relação cidade e campo, distinção esta usada para conceituar espaços metropolizados e não metropolizados.

Nas primeiras concepções sobre a metropolização Kayser (1990) *apud* Lencioni (2013) afirmava que havia uma diferença entre espaços metropolizados e não metropolizados, sendo estas distinções representadas fundamentalmente pelos grandes fluxos de pessoas, mercadorias e capitais que ocorriam de forma intensa e contínua, como podemos observar nas grandes metrópoles, já o espaço não metropolizados tem como característica marcante uma heterogeneidade que se evidencia pela baixa densidade demográfica de característica rural. Contudo, Lencioni (2013, pp. 18-19) salienta que “os espaços metropolizados e não metropolizados não constituem uma dualidade espacial, não são antagônicos, não são excludentes e nem contrapostos”.

Os espaços metropolitanos precisam adequar-se as exigências do capital, e segundo Carlos (2013) “a dinâmica da economia metropolitana, antes baseada no setor produtivo industrial, vem se apoiando, agora, no amplo crescimento do setor terciário moderno [...] exigindo fluidez e flexibilidade, apoiada no desenvolvimento técnico” (CARLOS, 2013, p. 53). Para a autora há uma refuncionalização do espaço da cidade e com isto há a criação de novos objetos, há a implantação de infraestrutura que atenda as novas exigências do modo de produção capitalista (CARLOS, 2013).

Na Amazônia o que se pôde observar foram dois grandes centros urbanos que, a partir de projetos de ocupação, que inicialmente objetivavam manter domínio sob a vastidão territorial (BECKER, 2008) tendo maior incidência no período militar, expandiram-se e passando a configurar-se como metrópoles, ainda que de forma peculiar, são os casos da Região Metropolitana de Belém (RMB) e a RMM.

Desde sua criação, as cidades de Manaus e Belém representaram importantes nós para o desenvolvimento regional, sendo as portas de saída para os produtos extraídos da floresta, como no período áureo da exploração do látex. Atualmente, ambas as regiões se destacam por sua densidade demográfica e desenvolvimento econômico (IBGE, 2019).

O processo de constituição da RMM⁴ se deu através de uma iniciativa política, e atualmente engloba treze municípios do Estado do Amazonas, Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Silves além das características de sua consolidação, sendo nas palavras de Lima (2014) uma metropolização induzida.

No caso da RMM o que salta aos olhos é justamente o que a difere das demais Regiões Metropolitanas (RM's) do país e do mundo, ou seja, são suas especificidades. O primeiro ponto a ser observado é a não ocorrência de atributos tidos como primordiais a constituição de uma Região Metropolitana (RM), como a conurbação, por exemplo, contudo, segundo Sousa (2015) assim como em outras R. M's, a RMM possui uma cidade polarizadora e que concentra grande parte das atividades econômicas e políticas, ainda que se observe um baixo nível de articulação entre os municípios que a compõe.

2.2. Rural e Urbano: do Conflito ao *Continuum*

O espaço rural foi historicamente construído como *locus* da produção que subsidiaria as atividades e a vida na cidade, ou seja, supriria a demanda por matéria prima para a indústria e a de alimentos a população, pensamento que se perpetuou por muitos anos. Desta forma, o rural foi quase sempre associado ao atraso ou estagnado, o velho, portanto, como oposto do urbano, o moderno, inovador e sempre progressivo.

Segundo Vale (2005) no espaço rural há predomínio de paisagens naturais e de uso de solo voltado à agricultura e a pecuária, e onde a população tem como base social as pequenas coletividades, vida em comunidade, sendo estas relações – sociais e com o meio – características do meio rural.

Conceitualmente, o espaço rural teve diversas tentativas de classificação, qualitativas e quantitativas, que não deram conta de definir precisamente essa complexa e importante porção do espaço. Outrora já foi tido como lugar do atraso, de baixa densidade populacional e baixo desenvolvimento econômico, quase sempre concebido em oposição ao urbano, ou seja, o rural seria tudo o que não é urbano, além de território mais suscetível a disseminação dos códigos e práticas urbanas.

⁴ A RMM foi instituída em maio de 2007 (Lei Comp. nº. 52/2007) sendo composta por Manaus, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva; em janeiro de 2008 passou a incluir o município de Manacapuru (Lei Comp. nº. 59); em 2009, a Lei Complementar 64/2009, amplia a Região Metropolitana de Manaus para os municípios de Manaquiri, Autazes, Careiro Castanho, Silves e Itapiranga, totalizando 13 municípios.

O espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia, é produzido por diferentes agentes sociais, que estão “inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista” (CORRÊA, 2017, p. 43). O espaço urbano, por sua vez, é fragmentado e ao mesmo tempo articulado, reflexo e condicionante social e campo de lutas (CORRÊA, 1989), é o palco de ação dos agentes produtores do espaço, bem como de interações e relações da sociedade.

Campo e cidade, urbano e rural, foram concebidos durante muito tempo como realidades distintas, e como faces opostas de uma mesma moeda, um espaço negando o outro. Vale (2005) ressalta que dentro do modelo dualista, que coloca como opostos estes subespaços, “a cidade é vista como sinônimo de desenvolvimento, tendo em vista que se tornou o centro da acumulação capitalista, enquanto que ainda há a visão do campo como tradicional e atrasado, apesar de estar totalmente integrado na lógica capitalista” (VALE, 2005, p. 16018).

Essa mesma visão é compartilhada por Carmo (2009) ao apontar estudos realizados entre os séculos XIX e XX que “concebem uma visão dualista da sociedade na qual o meio urbano representa a modernização e como tal é o centro da sociedade, por oposição ao espaço rural, que engloba os sectores mais tradicionais, sendo, por isso, considerado como periférico” (CARMO, 2009, p. 254).

A partir da revolução industrial e da intensificação do modo de produção capitalista observada mundialmente, ainda que em escalas variáveis, houve uma acentuação da urbanização e com ela o aumento do número de pessoas que deixam o campo e passam a viver nas cidades, o chamado êxodo rural. Esse esvaziamento do campo ocorrera de modo tão marcante que se chegou a cogitar o fim do espaço rural, teoria hoje invalidada, dada a significativa importância que o espaço rural assume inclusive para a constituição do espaço urbano.

Nessa perspectiva, Souza e Brandenburg (2010, p. 51) apontam para uma direção contrária a “visão que foi se estabelecendo por várias décadas sobre um ‘inevitável declínio’ do rural, na atualidade vamos observando seu ‘surpreendente renascimento’ [tendo] uma multiplicação de suas ‘funções’ junto ao conjunto da sociedade”.

Com o avanço do urbano em direção ao rural, muitos pesquisadores têm se debruçado a estudar as chamadas “urbanidades” observadas no espaço rural. Rua (2013) infere que as urbanidades podem se manifestar através de aspectos materiais e imateriais,

através de melhorias na infraestrutura, como implantação de rede de água e esgoto, rede elétrica, pavimentação de estradas e ramais, como também, através do acesso a informação, internet ou mesmo com a mudança nos hábitos alimentares e nas relações sociais.

Rua (2006) chega a chamar essa chegada dos códigos urbanos em espaços rurais de “intrusão” o urbano no rural, tendo diversos efeitos no cotidiano dessa população, fazendo emergir novas territorialidades (RUA, 2006; 2013), práticas sociais comuns ao modo de vida na cidade, e que agora se reproduzem no espaço rural, porém, este não é um fenômeno ressentido no Brasil já sendo observado, mesmo que de forma diferente, no início da industrialização brasileira (SANTOS, 2013).

Rua (2013) salienta que não se pode generalizar a presença dos códigos urbanos em áreas rurais como sinais de um processo homogêneo, uma vez que “podem existir urbanidades em áreas rurais, sem que, por isto, tais áreas devam ser consideradas como urbanas” (RUA, 2013, p. 384), contudo, o autor salienta que a reprodução de práticas e costumes citadinos não pode ser parâmetro para classificação de uma dada porção do território como urbana.

Para Souza e Brandenburg (2010, p. 62) as “novas dimensões e representações do rural exigem a produção e a elaboração de novas abordagens tanto para o seu reconhecimento quanto para a sua regulação [...] capazes de compreender essas novas representações do rural” e nesta direção, Vale (2009) ressalta que a vida rural é permeada de práticas não somente distintas como também complementares ao modo de vida urbano, assim sendo, devemos analisar como estas relações acontecem, não de forma disjunta ou excludente, mas complementar.

A ideia de *continuum* tem sido debatida a partir desta ótica, onde os espaços rural e urbano assumem uma espécie de relação simbiótica, sendo um necessário a existência/produção do outro.

Desta forma, temos duas principais vertentes quando se fala em estudos sobre os espaços rural e urbano e suas relações, uma que trata esses subespaços como conflitantes, antagônicos, opostos, e outra que apreende estes espaços como complementares, ou seja, existindo uma aproximação e mesmo interação entre estes, seja no aspecto espacial e/ou social, contudo, sem perder suas especificidades.

2.3. A Ruralidade em seus Aspectos Materiais e Imateriais

Compreender o espaço rural em sua totalidade exige por parte do pesquisador a observância da relação dialética entre os aspectos que diferem e os que igualizam o rural e o urbano, e que conduzem a novas formas de produção do espaço. Portanto, a ruralidade será abordada como resultante das novas relações campo-cidade, assim como a urbanidade.

No tocante a este tema e aos estudos acerca da conceituação e mesmo caracterização do urbano e do rural – bem como das urbanidades e ruralidades – Marandola Jr. e Arruda (2005) afirmam que não basta apenas valer-se de dados estatísticos, como dados censitários, para a definição de um Brasil urbano ou rural, havendo a “necessidade de se avaliar a relação urbanidade-ruralidade para se aproximar melhor dos modos de vida, das práticas sociais e dos modos espaciais que predominam por este imenso país” (MARANDOLA JR.; ARRUDA, 2005, p. 23) tanto em espaços urbanos como rurais.

Lefebvre (2001) através de um resgate histórico da relação cidade-campo argumenta que as primeiras considerações sobre o rural e o urbano que engendraram uma separação entre esses espaços, apreendendo-os como opostos, tiveram início a partir da divisão do trabalho, e assim a cidade – bem como a urbanidade – assumiu uma imagem subjetiva, sendo resultante do esforço, da vontade, da reflexão humana, enquanto o campo – e a ruralidade – teria sua estrutura basilar no imaginário natural – da paisagem – e de origem da sociedade, que passou a viver, em sua maioria, nos núcleos urbanos.

Este mesmo autor aponta alguns aspectos da urbanidade que chegam ao campo, como efeito da expansão urbana que se espalha em direção ao espaço rural, caracterizados pela melhoria de serviços como “à água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário moderno, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos ‘serviços’” (LEFEBVRE, 2001, p. 19).

Contudo, o fenômeno urbano não extingue por completo o espaço rural, uma vez que mesmo em lugares onde este processo é acentuado, ainda podemos observar a reprodução de práticas rurais dentro do espaço da cidade, o que a nosso ver se materializa como formas de resistências e mesmo permanências da vida rural em espaços urbanizados, que segundo Hervieu (2002) *apud* Souza e Brandenburg (2010, p. 58) dissocia o rural da

imagem de um espaço voltado tão somente para a “produção de matérias primas, mas também como uma paisagem, um espaço cultural e simbólico”.

A partir deste simbolismo entende-se que a apreensão do rural, por excelência, demanda muito mais que a observância aos modos de produção que se instalam nestes espaços e desta forma, segundo Mota e Schmitz (2002) quando o intuito for à identificação do rural – para além do espaço da produção – deve-se pensar não

apenas em um espaço geográfico, mas às relações que são desenvolvidas ali e como estão inseridas em um todo envolvente. Falar do rural é pensar em “rurais”, colcha de retalhos que constitui o mundo agrário brasileiro sujeito às tensões crescentes da competitividade e da urgência de preservação dos recursos naturais. Mas falar do rural é também apontar as pistas que nos conduzam à melhor compreensão do mesmo. (MOTA; SCHMITZ, 2002, p. 397).

Segundo Marandola Jr. e Arruda (2005) “as transformações no campo não podem ser estudadas ou analisadas separadamente das transformações na cidade, pois estas possuem uma vinculação indissociável no processo histórico-econômico brasileiro” (MARANDOLA JR; ARRUDA, 2005, p. 22), sendo assim, há uma mescla de costumes e valores que se acentuam e culminam em novas formas de apropriação do território, seja através das práticas, sociais, políticas, econômicas, ou seja, através das diferentes relações de poder (HAESBAERT, 2004).

Nesta perspectiva, reafirmamos o que Haesbaert (2004) coloca acerca das relações de poder, que dão origem ao território, podendo ser entendidas a partir de duas perspectivas, uma política e outra simbólica, onde a primeira leva em consideração as fronteiras estatais e está relacionada à manutenção da dominação e a segunda, ligada aos aspectos de apropriação destes territórios, às representações culturais e construções de identidade, atrelada ao mundo das ideias, desta forma, trataremos o território na perspectiva material e ideal.

Como efeito destas interações, há uma mudança na estrutura da própria sociedade e nas suas formas de interações/relações com o meio ambiente, mudanças que se materializam no cotidiano, evidenciando-se através da reprodução de práticas sociais e a emergência de novos costumes, tanto na reprodução de urbanidades – enquanto práticas comuns à cidade – em espaços rurais, como das ruralidades em espaços urbanos (LEFEBVRE, 2001; RUA, 2006), o que nos leva a apreensão de um território híbrido (FLORIANI et al, 2017).

Ainda segundo Lefebvre (2001) há também a perpetuação de costumes e práticas rurais – ruralidades – na cidade e que o autor classificou como sendo “ilhas de *ruralidade*

‘pura’” comumente exercida por uma população mais velha, portanto, por grupos que tradicionalmente viviam do/no campo, não habituados por completo à nova realidade em que estão inseridos – o meio urbano. Desta forma, para Lefebvre (2001, p. 19) “a relação ‘urbanidade-ruralidade’, portanto, não desaparece; pelo contrário, intensifica-se”.

Esses costumes e hábitos – do rural – que se perpetuam na cidade podem ser entendidos como remanescentes do processo representado pela tríade des/re/territorialização (HAESBAERT, 2004) uma vez que a estrutura das cidades são constantemente alteradas – conforme o interesse de agentes hegemônicos – instituindo como urbanos zonas do município anteriormente rurais, impondo a população tradicional o modo de vida urbano.

Maria Adélia de Souza (1988) tece algumas considerações sobre a relação (predatória) entre a cidade e o campo, apontando que o urbano ao mesmo tempo em que renega – e segrega – tudo que vem do campo – pessoas, hábitos e costumes – se apropria e anseia por vivenciar o rural ou mesmo as práticas, como forma de fugir do caos da cidade, em busca de paisagens que remetem ao campo, seja para moradia ou mesmo o lazer dos finais de semana.

Ainda segundo Souza (1988) o interesse por parte do Estado e de outros agentes hegemônicos, visando principalmente o aumento na arrecadação municipal e a valorização de terras, faz com que haja essa incorporação de terras rurais ao espaço urbano.

Esta mudança na estrutura das comunidades e conseqüentemente no modo de vida – estrutura social – das populações tradicionais⁵, inseridas agora na dinâmica urbana, não extingue por completo esse modo de vida, que na Amazônia se expressa pelo modo de vida ribeirinho caracterizado pelas atividades de pesca, plantio de roça na várzea e mesmo as de extrativismo (CRUZ, 2007).

A ruralidade segundo Floriani et al (2017) figura dentro de aspectos culturais, caracterizados pelos modos de vida e de habitar, e para além destes, agrega ainda o que o autor chama de “geossímbolos” sendo estes “quintais urbanos, varandas com plantas medicinais / alimentares, hortas, a distribuição das parcelas de cultivos e o arranjo topológico da vizinhança”, o autor completa dizendo que “a esses símbolos vinculam-se

⁵ Entende-se por população tradicional grupo de pessoas que mantem relação de subsistência com a terra, com a natureza, influenciada por uma sazonalidade, o que na Amazônia é representada principalmente pelo regime fluvial e pela vida ribeirinha. A respeito das populações tradicionais ver Filho (2006).

memórias, são tecidas relações sociais cotidianas, por meio das quais são compartilhadas práticas e saberes” (FLORIANI et al, 2017, pp. 149-150).

Sá, Costa e Tavares (2006) acrescentam que a ruralidade, quando vinculada a aspectos territoriais, engloba “a relação com a natureza, a relação com a cidade e a relação dos habitantes entre si [como] um conjunto de laços sociais que valorizam relações diretas de interconhecimento” (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006, pp. 129-130). Ainda segundo estes autores

a visão do rural como espaço das trocas positivas é extensiva ao modo de vida urbana e passa a ser sinônimo de cooperação. Neste sentido, pode-se pensar que nos lugares da cidade em que há a presença de sujeitos de origem rural se organiza essa prática de colaboração entre as famílias (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006, pp. 152).

Para Guerra (2006) na Amazônia há ainda outras formas de representação do rural dentro do espaço urbano a exemplo das feiras, comumente chamado de “mercadão” ou mercado municipal. O autor coloca que ali “processam-se relações reais e simbólicas de demonstração de valores de um e de outro mundo; e se estabelecem relações sociabilidade, disputas e novas tensões inerentes a um espaço que a rigor não é nem rural e nem urbano” (GUERRA, 2006, p. 100).

Entende-se assim que as ruralidades urbanas se materializam a partir da busca de parte da população pela manutenção do simbolismo que anteriormente era experimentado no espaço rural, pela vivência em meio a natureza e a paisagens florestais, ou mesmo pela busca por um equilíbrio alimentar (ALONSO; CASTRO, 2006; GUERRA, 2006).

O habitar expressa essa hibridez do espaço e das relações sociais a partir da inter-relação entre as ruralidades e o urbano, seja com as pessoas ou com as coisas. Desta forma, conforme Floriani et al (2017)

o habitar no e com o espaço implica a configuração de identidades que não cessam nas fronteiras do indivíduo, mas se inscreve no diálogo que este instaura com os seres e objetos de seu meio, de modo que é pertinente falar de uma contiguidade estabelecida entre as identidades individuais e coletivas, ligadas pelo ato comunicativo: as espacialidades se inscrevem no conteúdo semântico (marcadores) das representações indenitárias impressas e expressas na e pela paisagem (FLORIANI et al, 2017, p. 155).

Quanto às características de pertencimento a um dado território, segundo Haesbaert (2004, p. 71) este “implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono [...] ela refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras” e assim, “o território reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico”.

Na Amazônia as atividades relacionadas a agricultura familiar têm relevante importância para o homem do campo, representando um dos principais elos que este tem com o seu território, desta forma, segundo Castro et al (2011) as práticas agrícolas desenvolvidas pelas famílias representam

importante forma de organização da produção que associa família, produção e trabalho nos diversos ambientes de produção terrestres e aquáticos [...] às atividades agrícolas na agricultura familiar não visam apenas à rentabilidade, mas principalmente atender as necessidades básicas da família. Os agricultores familiares amazônicos se caracterizam por exercerem uma pluralidade de atividades produtivas que são fundamentais para complementar seus rendimentos e suas necessidades de sobrevivência (CASTRO et al., 2011, p. 56).

Na cidade o desenvolvimento destas práticas, ainda que em menor escala produtiva, caracterizam essa hibridez do território, observada nas formas, funções e estruturas e que se assentam como resultantes do processo de mudança socio-territorial.

As atividades agrícolas na Amazônia, enquanto prática socioeconômica e cultural desenvolvida pelo homem amazônico, são tradicionalmente repassadas para as gerações futuras, estando enraizadas no cotidiano e mesmo na vida do ribeirinho. Conforme Castro et al. (2011, p. 58) esta prática tem origem com as populações “indígenas, primeiros habitantes da região. Como conhecedores e detentores de uma rica herança sociocultural, estes povos foram e são incorporados aos novos grupos sociais que se estabelecem através do processo de ocupação da Amazônia”.

Portanto, fazem parte do arcabouço sociocultural da população que, mesmo mundano de “status” – homem do campo para homem da cidade – não abandonam as práticas e modos de vidas tradicionalmente construídos ao longo da vida.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA PENSAR/FAZER A PESQUISA

“Os maiores espíritos são capazes dos maiores vícios, como também das maiores virtudes, e os que vão só a passos lentos podem ir muito além, desde que andem por caminhos certos, o que nem sempre fazem os que correm e que, por isso, desse caminho se distanciam” René Descarte, Discurso do Método, 1637.

A visão é inegavelmente um dos sentidos mais importantes para o ser humano, pois a partir dela – mas não somente – passamos a perceber tudo a nossa volta, e assim, construímos nossas certezas e, conseqüentemente, dúvidas acerca dos mistérios do mundo. Para a ciência, a dúvida é a fagulha da investigação, caminho através do qual buscamos desvelar os questionamentos sobre os fenômenos que nos rodeiam, e que na ciência geográfica resultam da interação homem/meio, sociedade/natureza.

Entendemos assim, que toda investigação deve ser encarada como uma viagem, portanto deve ser elaborada, planejada, ter cada passo pensado e programado, com o intuito de antever o máximo de infortúnios que eventualmente possam surgir neste percurso. Seguindo esta lógica, para a presente análise observou-se em primeiro lugar o crescimento espraiado das cidades, que faz com que espaços antes tidos como rurais passem a fazer parte, legalmente, do espaço urbano.

Tal processo altera as estruturas socioterritoriais, e isto levou-nos a um segundo momento, o surgimento das seguintes indagações: como estes “novos espaços” se estruturam a partir desta nova realidade? Quais as práticas do rural que ainda se perpetuam, agora no urbano, como resultado desse processo de des/re/territorialização⁶?

Objetivando desvelar estas e outras questões, como a influência, ou não, do processo de metropolização para a ocorrência ou para a manutenção dessas práticas e vivências do cotidiano rural dentro do espaço urbano, buscou-se através da observação empírica, compreender a ocorrência desse fenômeno a partir de duas realidades distintas, as cidades de Iranduba e Silves, que fazem parte da Região Metropolitana de Manaus (RMM).

⁶ O movimento de des/re/territorialização é aqui entendido conforme Haesbaert (2004), como consequência das mudanças socioespaciais ocorridas a partir de ações dos agentes hegemônicos.

3.1. Primeiros passos: a crítica da contradição como método de análise

A compreensão da realidade observada exige um crivo, fazendo alusão ao método desenvolvido por Eratóstenes⁷, que nos leva até certo ponto quando se busca o entendimento de um fenômeno analisado. Desta forma, este estudo recorreu ao método Histórico-Crítico-Dialético, por valer-se de dados qualitativos bem como de dados quantitativos, sendo estes, utilizados para formular e reforçar análises qualitativas, conforme contexto ou recorte da realidade estudada. Sposito (2000) afirma que este método leva em conta a ideia de movimento e transformações que a partir das observações do pesquisador podem passar por sua análise de forma crítica e indutiva.

Sendo assim, no nível epistemológico, o materialismo histórico vale-se de fatos históricos que deram origem aos fenômenos investigados, utilizando-os como atribuidor de consenso da relação entre homem e natureza (SPOSITO, 2004), observando essa relação como forma de obter elementos para transformação da sociedade.

Para Alves (2008) o pensamento dialético encontra-se estruturado da seguinte forma: “tese, antítese e síntese, onde a tese é uma afirmação ou situação inicial, a antítese é o conflito da tese. Desse conflito aparece a síntese, que é uma condição nova que leva dentro de si elementos e resultantes desse choque” (ALVES, 2008, p. 235). Entendemos assim que o pesquisador se depara com a inexistência de um ponto final, uma resposta fechada, exata, podendo de forma crítica expor seu ponto de vista a fim de colaborar com o entendimento e elucidação do processo de mudança observado e a partir disto, reformular novas hipóteses.

Ainda sobre o tema, Gerhardt e Silveira (2009) apoiados em Marx, afirmam que o materialismo histórico e dialético “defende a tese de que as contradições existem na natureza. Portanto, dispõe-se a interpretar estas realidades que, se são contraditórias, são concretas” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 20).

Observando a relação sociedade/natureza como um processo onde o homem complementa o meio e é completado por este (SANTOS, 2006), no nível ontológico, conforme afirma Sposito (2000) “o homem é concebido como um ser histórico e social, determinado por contextos econômicos políticos e culturais, criando e transformando sua realidade social como essência” (SPOSITO, 2000, p. 357). Destarte, sujeito e objeto estão

⁷ Eratóstenes (285-194 a.C.), terceiro bibliotecário da Biblioteca de Alexandria, foi um matemático grego que criou o “Crivo de Eratóstenes”, um algoritmo utilizado em um método simples e prático usado para encontrar números primos até um certo valor limite.

sempre dispostos de forma dinâmica, permitindo a compreensão da realidade observada através do tempo.

Contudo, corroboramos com Alves (2008) ao inferir que “o método se ajusta com o fenômeno e não o fenômeno que se ajusta com o método” (ALVES, 2008, p. 229) e assim, a presente análise vale-se ainda dos discursos e relatos dos agentes sociais envolvidos, como forma de reforçar os resultados obtidos, por entendermos que a materialidade dos processos investigados – as ruralidades presentes nas cidades de Iranduba e Silves – encontra-se presente na oralidade dos sujeitos, tornando possível compreender “como são engendradas as práticas materiais e simbólicas de apropriação do espaço por uma dada coletividade” (FLORIANI, 2017, p. 166).

Quanto a utilização da entrevista não-diretiva como ferramenta para reforçar análises dos fenômenos sociais observados Michelat (1981) infere que neste método espera-se que “a pessoa entrevistada assuma o papel de exploração habitualmente detido pelo entrevistador” (MICHELAT, 1981, p. 191), portanto, o sujeito está livre a conduzir sua fala, sendo o entrevistador um mero facilitador.

3.2. Trilha de migalhas: pistas para seguir o caminho científico

Esta caminhada não se objetiva chegar ao fim da questão, e sim, esclarecer as dúvidas atuais, visto que estas certamente serão recorrentes mesmo após o fim desta investigação. Desta forma, criou-se uma trilha de migalhas, sem intentar retornar ao ponto de partida, como na fábula de João e Maria⁸, mas sim, seguir estrategicamente cada parte planejada para alcançar os objetivos traçados.

Portanto, quanto aos procedimentos, recorreu-se primeiramente ao levantamento e revisão bibliográfica, e quanto a esta ferramenta da pesquisa Marconi e Lakatos (2008) colocam como sendo a etapa fundamental para qualquer investigação, visto que a leitura de material já produzido favorece a obtenção e a apropriação de informações já existentes sobre o que se pretende pesquisar, poupando tempo e tornando mais objetiva a pesquisa de campo.

Para Moresi (2003), além de ser instrumento basilar da pesquisa, fornecendo conhecimento prévio do assunto, a revisão da literatura permite mapear os autores em que

⁸ Conto de autoria dos irmãos Jacob e Wilhelm Grimm, a história narra as desventuras dos irmãos João e Maria pela floresta escura, tendo como episódio mais conhecido a trilha de migalhas de pão feita por eles para retornar ao ponto de origem fora da floresta.

serão ancoradas as análises, ou seja, trata-se da construção da base teórica do trabalho e segundo Luna (1997) apud Moresi (2003) se dá essencialmente tendo como objetivo os seguintes pontos:

– **determinação do ‘estado da arte’**: o pesquisador procura mostrar através da literatura já publicada o que já sabe sobre o tema [...] – **revisão teórica**: você insere o problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórica para explicá-lo [...] - **revisão empírica**: você procura explicar como o problema vem sendo pesquisado do ponto de vista metodológico [...] - **revisão histórica**: você busca recuperar a evolução de um conceito, tema, abordagem ou outros aspectos (LUNA, 1997, apud MORESI, 200, p. 35, grifo do autor).

Desta forma, optou-se por uma revisão teórica, visto que o problema investigado é gerado não apenas por uma teoria, e sim por diferentes abordagens, englobando análises da Geografia, Filosofia, Sociologia, exigindo a relação entre teorias diversas que conduziram a contrapontos entre ruralidades e urbanidades, apontando para o devir rurano⁹.

Parte-se da hipótese de que as transformações espaciais ocorridas nos municípios estudados, principalmente através do processo de urbanização, altera o modo de vida da população em sua essência, passando a condicionar aspectos da vida urbana como primordiais, sendo a ruralidade uma forma de resistência/persistência do tradicional modo de vida rural, e que agora se torna perene na cidade.

Tendo como base o arcabouço teórico construído, buscou-se identificar os aspectos da ruralidade – formas de produção, reprodução e transformações socioespaciais – materializados a partir do contexto urbano dos municípios de Iranduba e Silves e para tanto, elencamos alguns elementos – materiais e imateriais – a serem observados.

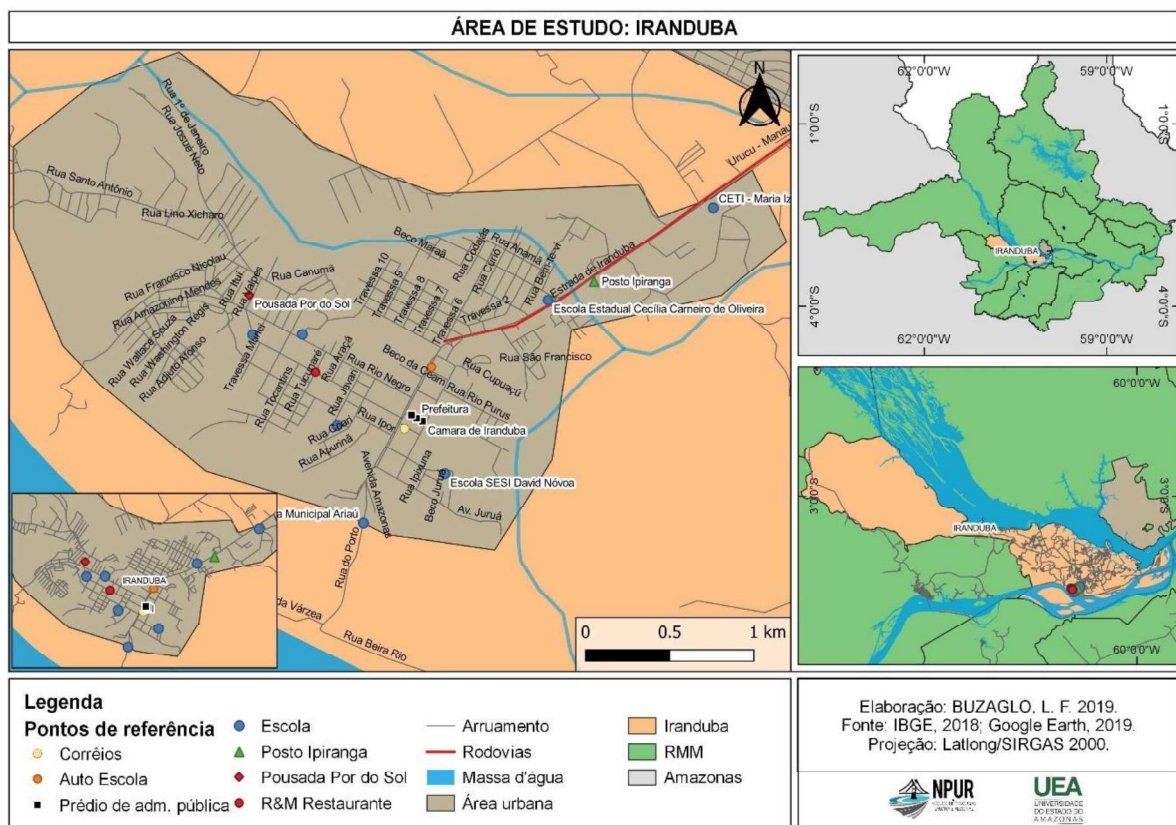
Como variáveis analíticas, em primeiro plano, procurou-se identificar elementos presentes na paisagem urbana e que remetem ao espaço rural: **a)** residências com cultivos de hortaliças para consumo próprio e comercialização; **b)** existência de animais de pequeno porte nos quintais das casas, para consumo e comercialização (galinha, pato, porco); e **c)** perfil das casas, a disposição das varandas, os mobiliários (ferramentas, fogareiros a lenha, rádio a pilha). Buscou-se ainda, identificar as práticas sociais e da vida cotidiana característicos do meio rural sendo estes: **d)** trocas de serviços e partilha de produtos entre vizinhos; **e)** organização familiar e divisão de tarefas diárias (lida com o plantação e com os animais); **f)** hábitos do dia-dia: econômicos, alimentares e de lazer.

⁹ O termo é compreendido neste trabalho conforme Floriani et al (2017) como sendo um espaço híbrido, onde o habitar mescla práticas e estruturas dos espaços urbano e rural, simultaneamente.

Elencar tais variáveis justifica-se por se entender que há um encadeamento entre o *rural* no rural e o *rural* no urbano, como materialidade e subjetividade do “processo de **recriação do espaço vivido e co-habitado de outrora em outras regiões rurais** antes do novo processo modernização que gerou a proletarização camponesa e consequente êxodo para os centros urbanos” (FLORIANI et al, 2017, p. 166, grifo nosso).

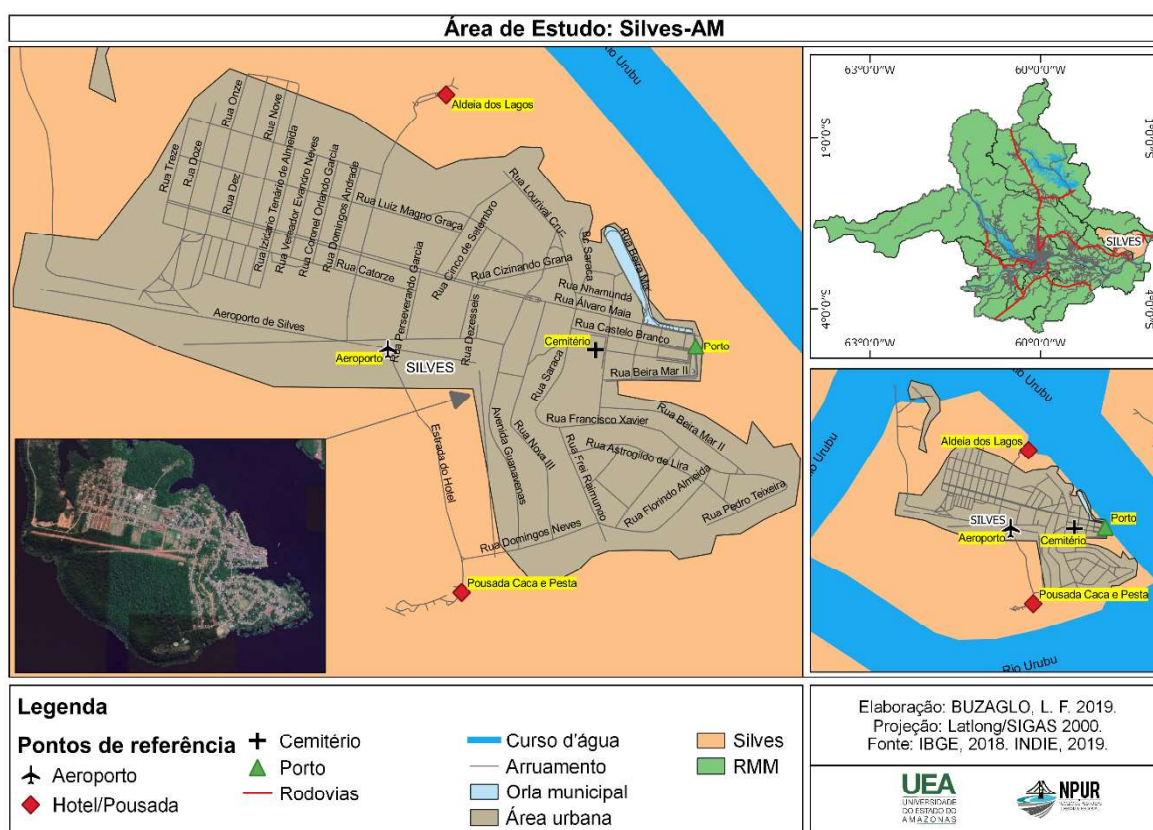
Após esta delimitação, foram feitas ainda coleta de dados secundários junto a sites do governo, estadual e Municipal, com a finalidade de levantar informações referentes ao processo de constituição dos municípios, dados referentes à população, delimitação dos espaços urbano e rural nos municípios estudados, bem como da institucionalização da RMM. A partir destes dados, foram construídos dois mapas de localização dos municípios – Iranduba (figura 2) e Silves (figura 3) – com o intuito de melhor planejar as atividades de campo, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades.

Figura 2 - Mapa roteiro atividade campo em Iranduba.



Org. BUZAGLO, L. F., 2019.

Figura 3 - Mapa roteiro de atividade de campo em Silves.



Org. BUZAGLO, L. F., 2019.

A prática de campo objetivou identificar os aspectos anteriormente elencados, através da interação com os atores sociais. Acerca da prática de campo pretendida, reafirmamos o argumento de Bernard Kaiser (2006 [1949], p. 94) ao mencionar que “qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja, vivê-lo (praticá-lo) dentro do próprio meio deste fenômeno”. Obstante ao desejo primeiro de apenas “olhar” um dado objeto em seu estado natural, o pesquisador precisa intentar a interpretação deste evento, devendo olhar de forma técnica, crítica, não apenas de forma vazia e rasa.

O intuito das observações empíricas, é o de fornecer elementos que validem, ou não, as hipóteses pré-estabelecidas, portanto, o olhar do pesquisador deve estar revestido pela teoria outrora apreendida, para que sua criticidade possa sobressair-se, possibilitando a atuação deste de forma analítica, crítica e indutiva. Assim, buscou-se a partir do estudo empírico, o urbano nas cidades, apreender o devir da ruralidade, pois conforme Kaiser (2006 [1949], pp. 99-100) “a análise social deve ser feita a partir do que está no cerne da vida das pessoas, do que condiciona sua existência atual e seu futuro, do que o passado fez deles”.

A prática de campo dividiu-se em partes, havendo idas alternadas aos municípios pesquisados ao longo do ano de 2019. Primeiramente a Iranduba, onde foram feitas as observações na zona urbana do município, visita à sede municipal, registros fotográficos além de conversas informais com alguns moradores, onde foi possível identificar a ruralidade como uma espécie de resistência frente à dinâmica da vida urbana, acelerada, fluida, caótica. Foram feitas ainda a coleta de pontos de localização com o uso do aparelho receptor de sinal GPS nos espaços onde se observou de forma mais vivida o rural representado nas práticas do cotidiano das pessoas.

Assim como em Iranduba, a atividade realizada em Silves ocorreu de forma a intentar apreender os aspectos da ruralidade no espaço urbano do município, através de observações no perímetro urbano, registros fotográficos, conversas com diversos moradores, visando identificar aspectos do cotidiano que nós remetem a vida no campo, bem como a coleta de pontos de localização com o uso do aparelho receptor de GPS intentando a elaboração de mapas para melhor observação da distribuição espacial dos geossímbolos e dos espaços onde identificou-se estes traços da ruralidade como permanências no urbano. Por fim, coletou-se dados documentais na Prefeitura Municipal, como o código de posturas do Município, sendo primordial para compreender a atual situação fundiária da área urbana de Silves.

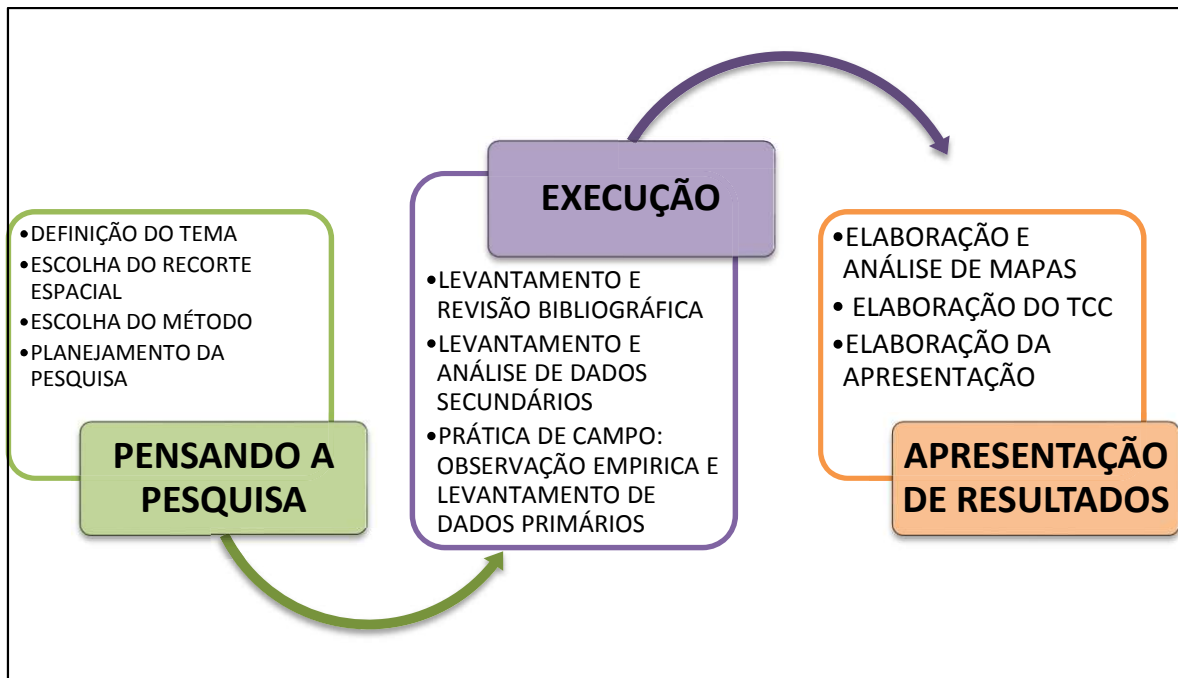
Durante as atividades de campo foram feitos, além dos registros fotográficos, registros em caderno de campo, havendo a interpelação de forma livre dos sujeitos que figuram como objeto principal desta pesquisa, não com questionários ou entrevistas fechadas, e sim, através de conversas informais, onde a fala livre dos indivíduos foi considerada para reforçar a ocorrência de traços da ruralidade materializados no recorte espacial proposto.

Segundo Michelat (1981) esta importância a fala dos sujeitos tem sua materialidade enraizada no fato de que estas pessoas, por meio de suas experiências e vivências, estão mais aptas a expor sobre as condicionantes dos fenômenos investigados.

Desta forma, foram contabilizados os relatos de 33 sujeitos, sendo 12 no município de Iranduba e 21 no município de Silves, portanto, serão citados fragmentos dos relatos como atribuidor de consenso entre que se observa na paisagem e as práticas presente no cotidiano e na vida das pessoas.

Para melhor visualização das etapas mais densas da pesquisa, bem como melhor organização metodológica e procedimental, elaborou-se um roteiro conforme a figura 04.

Figura 4 - Roteiro metodológico



Org. SOUZA, M. P. 2019.

As observações diretas tiveram o intuito de identificar o que do rural se perpetua no urbano, tanto dos movimentos de resistências como de permanências de práticas, saberes, vivências, desse subespaço frente ao intenso processo de urbanização e mesmo de metropolização que se observa na RMM, mas que ocorre de forma diversa e heterogênea se considerados os diferentes configurações e situação geográfica de cada uma das cidades que fazem parte da RMM.

4. REALIDADES DÍSPARES E O RURBANO EM IRANDUBA E SILVES

O espaço rural, quando observado em diferentes contextos, engloba uma série de nuances dentro de si, podendo ser compreendido por diferentes óticas, assumindo assim diferentes perspectivas. Na Amazônia o rural, o campo, tem variações que o tornam peculiar, sobretudo a partir da relação que o autóctone tem com o rio, que assume simultaneamente o papel de estrada, lugar do banho, fonte de água para cozinhar e beber além de fonte de alimentos.

Assim como o rural, o urbano na Amazônia também é peculiar, dada a complexidade amazônica, fazendo com que haja variáveis a serem consideradas para o desenvolvimento territorial, o que quase sempre não acontece. Multiplicam-se a implantação de modelos externos e que desconsideram as realidades locais dos municípios, havendo ainda a criação de sedes municipais sem estrutura apropriada.

Este estabelecimento de novos municípios, aliado ao crescimento das cidades sem o planejamento apropriado, faz surgir espaços onde observa-se a alternância do rural e do urbano na paisagem, emergindo um espaço híbrido, um “rurbano” que se materializa como resultante da resistência e das permanências de espacialidades observadas nas cidades analisados, Iranduba e Silves respectivamente.

4.1. Iranduba e Silves: nuances de realidades opostas

Na RMM os processos de metropolização são observados de forma distinta nos diferentes municípios que a compõe, dada sua formação e características únicas, como é o caso dos municípios alvos desta pesquisa, Iranduba e Silves, essa diferenciação foi uma das condicionantes para a escolha destes como objeto de estudo.

As cidades supramencionadas possuem, em relação a estrutura e dinâmica urbana, diferenças quanto a forma e estrutura, sobretudo com relação ao acesso a estes municípios – feito essencialmente por estrada, contudo, sem anular o rio como alternativa – bem como com relação a atuação dos agentes produtores do espaço¹⁰.

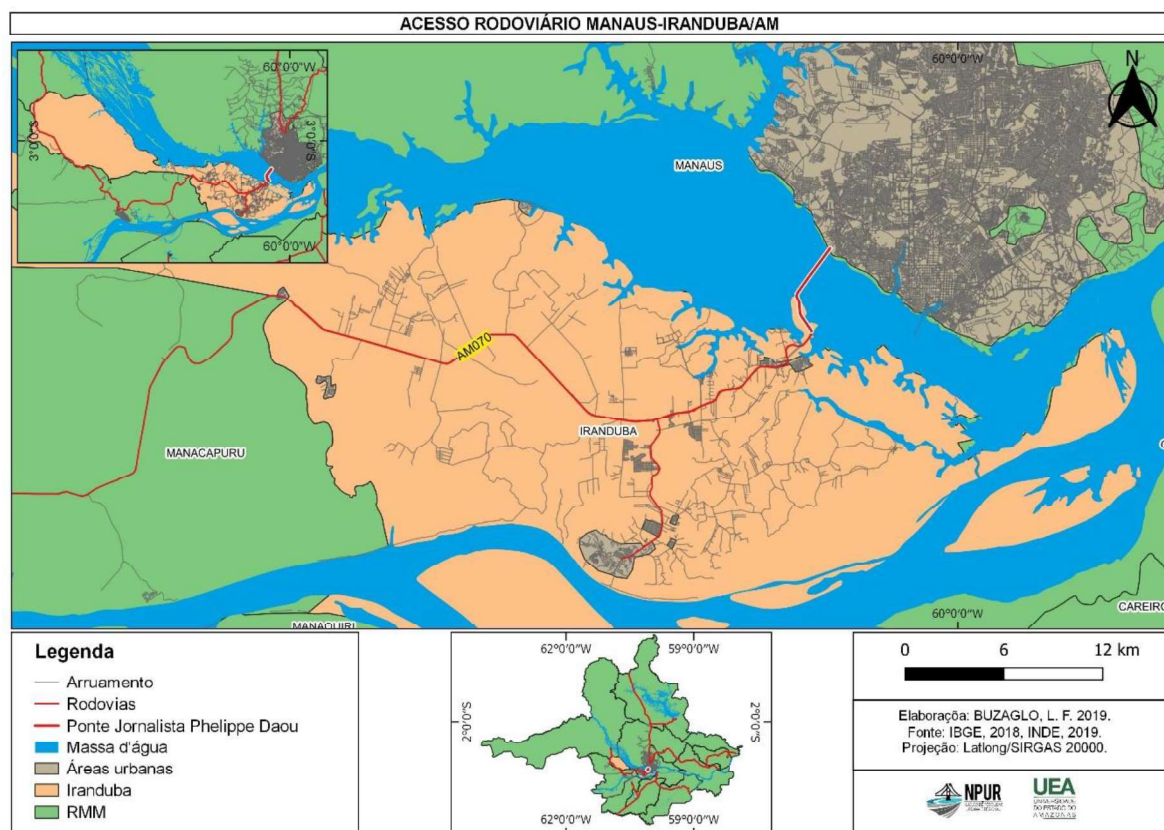
O município de Iranduba surge a partir da implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM), quando foram formados vários núcleos periurbanos. Passou de Vila de Iranduba à categoria de município com a publicação da lei nº 12, em 10 de fevereiro de 1981

¹⁰ Os agentes produtores do espaço urbano segundo Corrêa (1989), compreendem os Proprietários dos Meios de Produção, os Agentes Imobiliários, Proprietários Fundiários, o Estado e os Agentes Sociais Excluídos.

(IRANDUBA, 2019). Se comparado a Silves, observa-se que o processo de metropolização acontece de forma mais intensa neste município, e se materializa de diferentes formas, através da chegada de novas estruturas – como é o caso da ponte – e serviços que possibilitam maior rapidez dos fluxos, de pessoas, coisas e de informação – com a oferta de serviços de internet banda larga. Segundo estimativa do IBGE (2019), Iranduba possui cerca de 48.296 habitantes.

Sousa (2015) afirma que o maior símbolo dessa nova dinâmica observada em Iranduba – a metropolitana – é a ponte sobre o Rio Negro, que passa a facilitar o acesso ao município partindo de Manaus a partir da borda Sul da metrópole, conforme observado na figura 5.

Figura 5 – Mapa de Localização de Iranduba – AM



Org. BUZAGLO, L. F., 2019.

A partir de sua operacionalização, associada a outros fatores como a duplicação da rodovia Manoel Urbano (AM-070), tem ocorrido a reconfiguração socioespacial observada atualmente no município, sendo estas para Bonfim Filho (2016) as principais ações empreendidas pelo Estado e que propiciaram o surgimento de diversos empreendimentos imobiliários nos últimos anos, localizados principalmente ao longo da rodovia AM-070.

Neste sentido, segundo Furtado Neto, Sousa e Lima (2018) há mudanças significativas na arrecadação de Iranduba, mesmo antes da inauguração da ponte, bem como, no repasse de recursos pelo Estado, sendo estes representados “entre os anos de 2007 e 2016 [...] ligadas à arrecadação de impostos nas suas bases territoriais [...] dos repasses da cota-parte do FPM, da cota-parte do ICMS e da arrecadação do ISS” (FURTADO NETO, SOUSA, LIMA, 2018, p. 146).

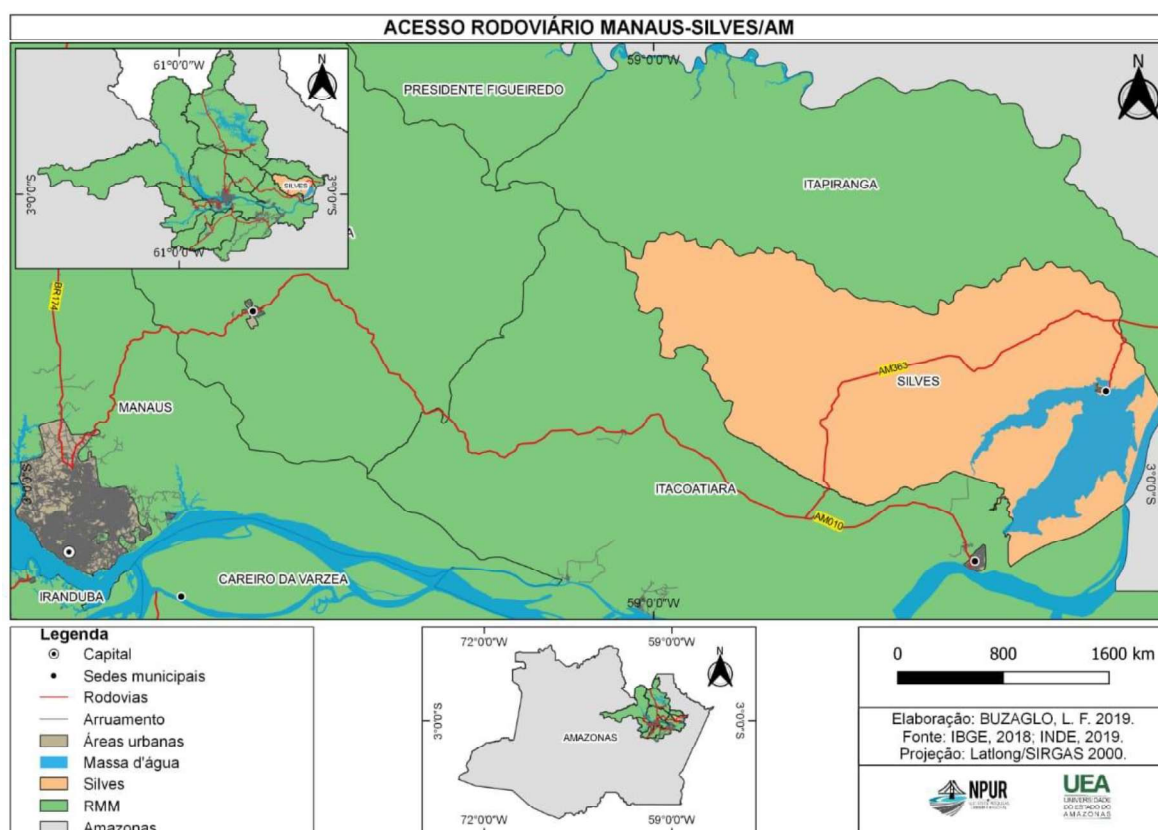
Por outro lado, Silves tem sua origem diretamente ligada ao município de Itapiranga¹¹, integrando este município até 1956, quando ocorre o desmembramento, passando a categoria de município, com a promulgação da Lei Estadual nº. 117, de 29 de dezembro de 1956 (SILVES, 2019) tendo atualmente cerca de 9.171 moradores (IBGE, 2019).

Silves mantém uma configuração comum a muitos dos pequenos núcleos urbanos do interior do Amazonas, tendo a base econômica voltada a produção agrícola familiar e aos repasses feitos ao município pelos governos Federal e Estadual. Nota-se que ainda preserva o bucolismo do interior, a reduzida oferta de serviços como os de telefonia móvel, uso de cartão de débito/crédito para pagamentos e mesmo os de transportes, mantendo interação de menor intensidade com a metrópole Manaus.

O município também possui características únicas, principalmente quanto a delimitação da zona urbana que engloba toda a ilha, sendo o acesso a cidade feito tanto por via fluvial, através do rio Urubu – hoje menos usual - quanto pela rodovia, que mesmo sem pavimentação é a rota mais usada atualmente pelos moradores e por quem visita à região, devido a rapidez e o custo reduzido da viagem. O acesso por terra se dá pela borda Norte do município, conforme observa-se na Figura 6.

¹¹ O município de Itapiranga compõe juntamente com outros 12 municípios a RMM. Atualmente possui 9.148 mil habitantes segundo estimativa do IBGE para 2019.

Figura 6 – Mapa de Localização de Silves – AM



Org. BUZAGLO, L. F., 2019.

Fazendo um comparativo entre os modais de transporte e os custos de deslocamento entre os municípios e a metrópole Manaus, conforme mostrados na Tabela 01, observa-se que Iranduba possui uma diversidade considerável de modais e valores mais acessíveis – fixados por passageiro – quando comparados as opções de transporte de passageiros para o município de Silves.

Tabela 1 - Modais de transporte Manaus x Iranduba e Manaus x Silves

MODAL	IRANDUBA	SILVES
TAXI-LOTAÇÃO	30,00 – 50,00	100,00
ÔNIBUS (LINHA)	5,00	–
ÔNIBUS (INTERURBANO)	–	74,00
MOTO-TAXI	35,00 – 40,00	–
UBER / 99	68,00 – 75,00 (4 pessoas)	–
EMBARCAÇÃO/RECREIO ¹²	–	–

Org. SOUZA, M. P., 2019.

¹² Recreio é como são chamadas as embarcações que fazem o transporte de mercadorias e pessoas na maioria das cidades na Amazônia, sendo em algumas localidades o único meio de chegada e partida.

Parte-se para Iranduba a qualquer hora do dia, tendo como ponto de saída um pequeno terminal localizado na cabeceira da ponte, mais uma facilidade proporcionada pelos equipamentos implantados pelo Estado. Já Silves possui dois principais modais para se chegar ao município, sendo a primeira e mais usada a rota de Ônibus interurbano, com frequência de duas viagens ao dia, e a segunda e menos usual o Taxi-lotação, com partidas vinculadas a disponibilidade de passageiros, tendo ambas as rotas o Terminal Rodoviário de Manaus como ponto de partida.

Sabemos que a produção do espaço ocorre de forma desigual, privilegiando uma minoria de maior poder aquisitivo em detrimento da grande maioria mais pobre, uma vez que nega o direito aos equipamentos e serviços – públicos e privados – a essa parte da população (CORRÊA, 2017; SOUSA, 2015).

Esse processo de produção do espaço, que é contraditório, pôde ser observado nos municípios analisados, visto que Iranduba e Silves recebem “atenção” diferenciada por parte do Estado, estando os investimentos diretamente ligados aos interesses de agentes hegemônicos, como os agentes Imobiliários e os proprietários fundiários, que pressionam o Estado pela implantação e melhoria dos equipamentos urbanos, que viabilizam e tornam mais rentável a atuação dos grandes capitalistas.

4.2. Ruralidades no urbano: materialidades do espaço rural nas cidades de Iranduba e Silves

“No ar já não vejo papagaio, até de peão ninguém jamais brincou, nas noites as fogueiras já não dizem nada, foi o progresso que matou [...] Agora tudo corre em disparada, em busca do progresso o enganador, e o homem bem possesso não enxerga nada, é a raiz que se soltou!” Cantos da Floresta, Raízes Caboclas, álbum: Missa Cabocla, 2003.

A identidade de um povo encontra-se enraizada nas práticas e vivências desenvolvidas ao longo do tempo em determinado espaço, e no caso aqui especificado, a identificação dos aspectos da ruralidade nas cidades de Iranduba e Silves se deu através da observação empírica desse modo de vida rural e que agora se reproduz no espaço urbano destes municípios, que por serem estruturalmente distintos, tem a materialidade destes aspectos também representados de formas distintas.

Essa materialidade encontra-se ancorada no plano visível e de forma subjetiva, portanto, em aspectos que podem ser observados na paisagem ou não, através da

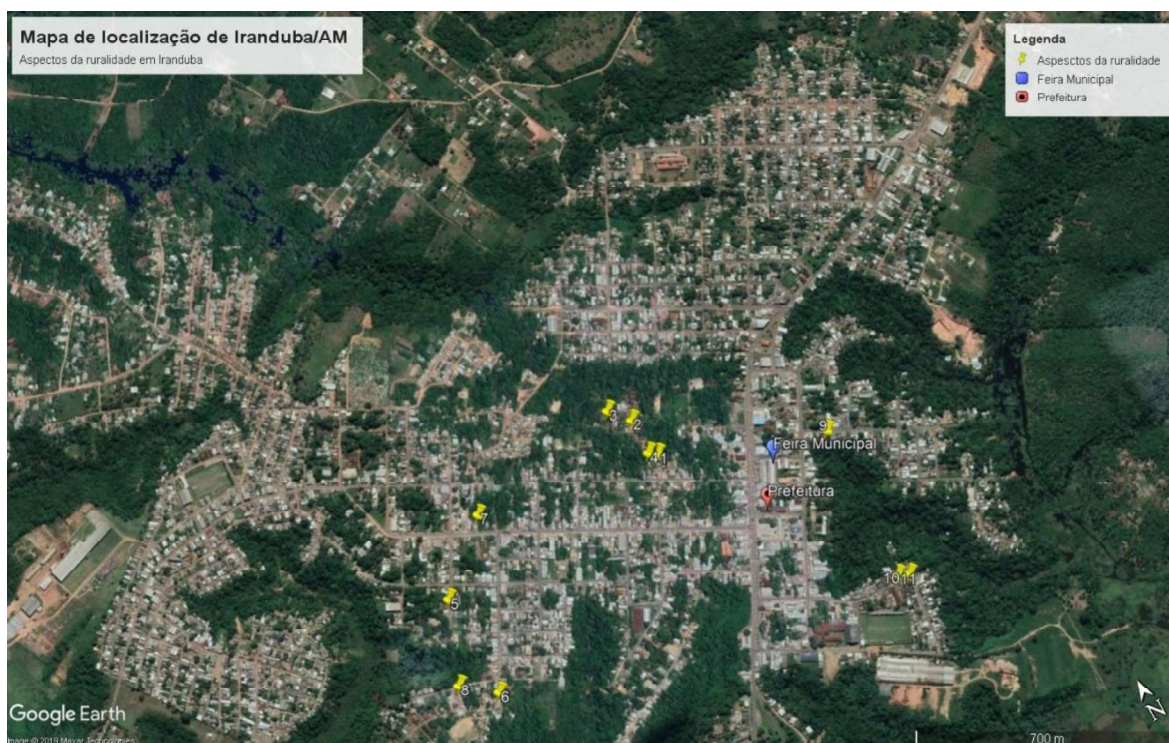
ocorrência de formas e estruturas, bem como no desenvolvimento de atividades ligadas a essas estruturas e que no Amazonas, são comumente observadas em comunidades ribeirinhas, não fazendo parte do cotidiano citadino de outras regiões do país, o que por sua vez causam estranheza aos que talvez nunca tenha se deparado com práticas do cotidiano do interior.

Estes processos de apropriação do território carregam em si, além dos costumes já mencionados, valores e representações construídas ao longo da vida, desta forma, torna-se evidente que mesmo com as mudanças observadas, aqui caracterizadas como movimentos de desterritorialização e reterritorialização, os sujeitos continuam reproduzir seus hábitos e costumes tradicionalmente construídos que pertencem a memória coletiva dos indivíduos, sendo em Iranduba e Silves, observadas através da ocorrência de formas e tipologias do rural no urbano nestas cidades.

Objetivando a melhor visualização destes pontos onde pode-se observar os aspectos aqui pretendidos de forma mais vívida, foram elaborados dois mapas representativos a partir de dados coletados em campo nas respectivas cidades, Iranduba e Silves.

Neste sentido, nota-se uma primeira diferença na disposição em que a ruralidade é observada nas duas cidades, sendo que em Iranduba a ocorrência desses pontos concentra-se principalmente na região central da cidade, conforme a figura 7. Constatou-se que esta Zona de ocorrência se constituía como pertencente a zona rural do município e que, incorporada à zona urbana, passa a ter diferentes usos, isolados, parcelados em lotes menores.

Figura 7: Localização das ruralidades em Iranduba /AM.



Org. BUZAGLO, L. F., SOUZA, M. P., 2019.

Destacam-se onze pontos, todos dentro da zona urbana do município, que representam o resistir de costumes e práticas do rural dentro de um espaço que impõe o urbano como modo de viver e habitar predominante, e que em Iranduba, exprime de diversas formas a difusão dos códigos metropolitanos.

Já em Silves, esses pontos possuem uma distribuição espacial muito maior, podendo ser identificados em praticamente todas as zonas do município, como mostra a figura 8. Chama atenção o fato de toda ilha inserir-se na zona urbana, conforme consta no Código de Posturas do Município de Silves (CPMS), além disso, a ruralidade neste município mostra-se como permanência de um modo de vida comum, portanto, são práticas comuns.

Figura 8: Localização das ruralidades em Silves/AM.



Org. BUZAGLO, L. F., SOUZA, M. P., 2019.

O primeiro aspecto observado foi a tipologia das casas e como estas estruturas remetem a vida rural, considerando ainda as particularidades da região amazônica. Segundo Castro (2011) as moradias em áreas rurais da Amazônia caracterizam-se por conter terras em abundância, sendo esta extensão ao redor da casa utilizada para o cultivo de produtos voltados a alimentação e complemento a renda das famílias, portanto os quintais configuram-se como a

área ao redor da casa do produtor, onde são cultivadas árvores frutíferas, grãos, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais e criação de animais, tem como finalidade principal a complementação da produção obtida em outras áreas de produção da propriedade, como a roça, a criação de animais, a floresta e as capoeiras melhoradas (CASTRO, et al., 2011, p. 60).

Irاندuba concentra estes pontos de ruralidade na área central da cidade, onde foi possível identificar a criação de galinhas, patos, jabutis nos quintais das residências conforme na figura 9. A criação serve essencialmente para o consumo familiar, bem como para troca e partilha com os vizinhos, pratica que segundo os moradores é comum entre os residentes deste espaço, no entanto, quando a quantidade de animais é expressiva, alguns são comercializados, como forma de complementar a renda familiar.

Figura 9: Criação de galinhas e picotes no quintal de casa – Iranduba/AM.



Foto: SOUZA, M. P. 2019.

Estas práticas também foram identificadas em Silves como mostra a figura 10 (a/b), no entanto, nesta localidade, a ocorrência deste tipo de atividade foi consideravelmente maior se comparada a Iranduba. Dentre os fatores que contribuem para o grande número de famílias que se dedicam a esta atividade pode-se identificar a perpetuação de práticas do rural associadas a escassez de carne bovina, que chega ao município uma vez a cada semana, sendo a falta deste produto recorrente.

Nota-se uma preocupação por parte da população em manter esse tipo de criação que ao lado do peixe – pescado quase que diariamente por alguns moradores – representam os principais alimentos consumidos pelas famílias.

Figura 10: Criação de galinhas e picotes no quintal – Silves/AM.



Foto: SOUZA, M. P. 2019.

Destarte, o modo de vida rural que se perpetua nas cidades pesquisadas apresentam-se como formas de representação cultural de um modo de vida que se difere do cotidiano da cidade, emergindo assim novas formas de construção da identidade dos sujeitos, uma que possa suprir a necessidade dos indivíduos pela manutenção da vida cotidiana passada, colocadas segundo Haesbaert (2004) como sendo ligadas ao território numa perspectiva material, representadas através de geossímbolos observados na paisagem urbana.

Adentra às casas uma realidade diferente da comumente observada nas residências da cidade grande, desde os objetos e o mobiliário de madeira e mesmo os canteiros

suspensos¹³ no quintal e nas varandas. Nestes lugares, todo mundo conhece todo mundo, são famílias que tradicionalmente ocupam estes espaços e que estabeleceram-se ali há muitos anos “quando por essas bandas era só mato e nem rua tinha e o vizinho mais perto era quase meia hora andando no mato, se acontecia alguma coisa era só a gente e Deus” (extrato da fala morador de Iranduba, M. R. O., 2019).

No espaço urbano de Iranduba e Silves vê-se comumente nas casas canteiros suspensos, outra materialidade dos costumes do campo, como nas figuras 11, 12 e 13, onde são cultivados Hortaliças como – cebolinha (*Allium schoenoprasum L.*; *Allium fistulosum L.*), o coentro (*Coriandrum sativum L.*), a chicória (*Cichorium endivia L.*; *Eryngium foetidum L.*) – utilizados na culinária amazonense principalmente para realçar o sabor do peixe e que fazem parte da cultura alimentar do amazonense.

Figura 11: Canteiro em quintal - Iranduba/AM



Foto: SOUZA, M. P. 2019.

¹³ Os canteiros suspensos são estruturas construídas para plantação de hortaliças, que em locais mais altos, ficam a salvo dos animais criados no quintal, como galinhas e porcos.

Figura 12: Canteiro suspenso em quintal – Silves/AM.



Foto: Souza, M. P., 2019.

Figura 13: Canteiro Suspenso em quintal B - Silves/AM



Foto: SOUZA, M. P. 2019.

No interior do Amazonas a várzea, terras inundáveis periodicamente (PEREIRA, 2011), são utilizadas no tempo da seca dos rios, para o cultivo em larga escala, principalmente da mandioca e da macaxeira, produtos muito apreciados pela população local. Nas cidades são comercializados em abundância nos mercados municipais e feiras do produtor, onde o acesso a esses produtos é facilitado.

Ainda assim, os irandubenses¹⁴ e silvenses¹⁵ dedicam parte do seu tempo e alguma porção de seus quintais ou mesmo terrenos de propriedade da prefeitura sem uso social para plantar principalmente a macaxeira, como observado em Silves, onde este é acompanhado de outras culturas, como o abacaxi, a cana, a banana, conforme explicitado na figura 14.

Figura 14: Cultivo de macaxeira e abacaxi no quintal – Silves/AM

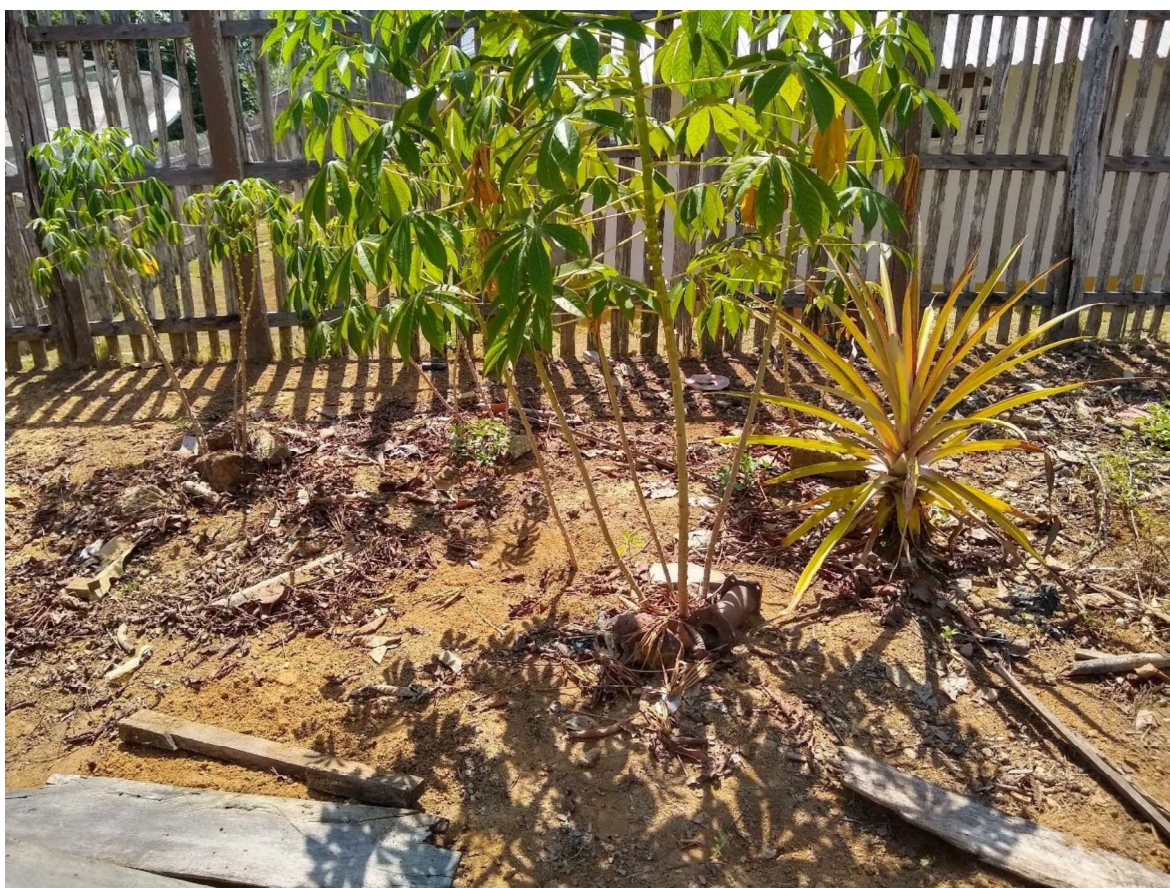


Foto: SOUZA, M. P. 2019.

Já em Iranduba, identificamos este tipo de plantio em lotes maiores, como na figura 15. A atividade, apesar de trabalhosa, não tem como finalidade principal a financeira, sendo toda a produção voltada para consumo familiar, troca entre parentes e vizinhos, pois

¹⁴ O gentílico de quem é natural de Iranduba é irandubense.

¹⁵ O gentílico de quem é natural de Silves é silvense.

“sempre tem uma galinha por ali pela vizinha que ela mata e daí traz aqui pra nós, e minha irmã mora mais ali em riba e as vez eu levo pra ela por que se não estraga, mas vender nós não vende não” (trecho da fala de A. D., 2019).

Figura 15: Cultivo de macaxeira – Iranduba/AM.



Foto: SOUZA, M. P. 2019.

As parcelas de terras onde há esse tipo de atividade – cultivo – apresentam-se como espaços de reterritorialização, que, passado o novo processo de tomada pelo urbano, engendram novas dinâmicas que induzem a novos costumes e práticas antes não observadas, mas que ainda assim, são vistas com estranheza e o homem do campo, agora citadino, resiste a estas imposições.

Além disso, chama atenção a tipologia das casas, nota-se que o “ser da roça” permeia a vida de parte dos moradores, sobretudo nos fragmentos onde o estado inclui estes espaços na zona urbana, desconsiderando as estruturas materiais e imateriais nestes espaços, como a pouca infraestrutura – asfalto, calçamento - onde desenvolvem-se atividades de agricultura familiar e há a reprodução do modo de vida rural, fatores frequentemente observados tanto em Iranduba (figura 16) quanto em Silves.

Figura 16: Bairro Alto, centro de Iranduba/AM.



Foto: SOUZA, M. P. 2019.

Em algumas dessas casas vê-se a significância que a vida no espaço rural tem para os indivíduos, que de imediato associam a esta a tranquilidade, o silêncio e mesmo o frescor da sombra das árvores como podemos ver na figura 17.

Figura 17: Residência na zona urbana de Iranduba/AM – Chácara Alvarez.



Foto: SOUZA, M. P. 2019.

Desta forma, as tipologias arquitetônicas que aparecem como representação do rural no urbano tornam-se assim a materialização da ruralidade, e a partir desta compreensão, torna-se evidente por que estes atores sociais lutam para manter estes elos de ligação com suas raízes caboclas, presente, sobretudo nos discursos dos indivíduos.

[...] isso aqui era tudo umas chácara, bem grande, e não tem muito tempo que isso aqui virou da cidade eu digo um tempo antes de construção da ponte uns 7 ... 8 ano antes, mas eu já tinha repartido pros meus filho e eles venderam, tem uma que tem a casa e ela aluga aqui do lado, mas só uma mora aqui ainda [...] mas aqui era meu sítio daí meu filho antes fez essa placa e daí virou chácara, mas sempre sitio mesmo, chácara é só de boniteza mesmo [riso] (trecho da fala J. A., 2019).

No centro das narrativas, nota-se que as influencias sofridas em decorrência da vida e da difusão dos códigos urbanos e metropolitanos, juntamente com as práticas observadas formam uma linha tênue, configurando a vida rurubana, sendo esta, uma condicionante das novas espacialidades expressas não só na paisagem como também no cotidiano.

Silves também expõe estas rugosidades e características aqui descritas. É comum observarmos por todo o espaço urbano do município casas em madeira, com quintais

abertos, diversidade de árvores frutíferas e o cultivo de hortaliças, como pode-se constatar na figura 18.

Figura 18: Residência com cultivos - Silves/AM.



Foto: SOUZA, M. P. 2019.

Em seu conjunto, estes aspectos – casa, cultivo de hortaliças, criação de animais para consumo – constituem geossímbolos do rural (FLORIANI et al., 2017), tornando a ruralidade algo que se expressa nessas vidas de forma natural, como permanências culturais e simbólicas.

De fato a modernidade¹⁶ chega, de uma forma ou de outra, contudo, ainda que muitos dos atores tenham absorvido estas novas “imposições” do modo de vida urbano, estes passam por uma transformação, compreendidos aqui como processos de reterritorialização (HAESBAERT, 2004), recriando e ressignificando antigas práticas como forma de manutenção da ligação com o passado – a vida rural – dando rigidez aos

¹⁶ A modernidade é entendida neste trabalho segundo Sposito (1997; 2004) que aborda a crise enfrentada pela ciência, sobretudo a partir da década de 1980, de seus objetivos e da aplicação dos conhecimentos produzidos na transformação da sociedade, bem como das “transformações nos conceitos de tempo e de espaço [...] e as mudanças nos arranjos sociais” (SPOSITO, 1997, p. 02).

geossímbolos que remetem ao espaço rural e que contrastam com a paisagem urbana nas cidades estudadas, resultando na hibridez do espaço perceptível (FLORIANI et al, 2017).

Este rural no urbano amazônico tem suas unicidades, diferencia-se, portanto, em muitos aspectos do rural que se vê no jornal ou na TV. No Amazonas, até a farinha tem casa, e nesses lugares *a vida rural se vive*, devagar, e pelo rio, se vem, se vai, e dele, se mata a sede, a fome. Por outro lado, na cidade grande, tudo corre em disparada e *a vida urbana passa*, longas distâncias, tempos curtos, e assim, o “progresso enganador”, como quem arranca a mandioca do chão, desprende as raízes caboclas, deixando no lugar um espaço vazio que busca preencher-se, ser e estar neste novo lugar, o urbano.

4.3. Territorialidades e subjetividades: o modo vida rural no urbano de Iranduba e Silves

“Cada canto esconde um conto, cada homem e mulher tem a fé, a força e a história, pra contar pra quem quiser.

Tem um bicho “visagento” que aparece no terreiro. Tem um rezador, tem um santo catingueiro.

Tem a cobra-grande, que aparece no arrombado. Tem cuia de caridade, pra espantar o mau olhado.

Tem o boto sonso, que aparece nos festejos pra fazer as moças liberarem seus desejos” Uma Prece Amazônica, Raízes Caboclas, álbum Missa Cabocla, 2003.

Identificar os aspectos imateriais da ruralidade exige a observância dos contornos da vida rural, sendo assim, os estudos que objetivam identificar estas ilhas de ruralidade que se materializam em espaços tidos como urbanos, a nosso ver, devem buscar desvencilhar-se da premissa onde o rural fica totalmente à mercê do urbano, portanto, estas práticas rurais que se perpetuam na cidade, se desprendem da realidade urbana (LEFEBVRE, 2001).

Neste sentido, nas cidades de Iranduba e Silves, buscaram-se por características do modo de vida rural presentes no cotidiano das famílias, ou seja, nos hábitos do dia-dia onde os modos de vida rural estejam presentes na subjetividade, que perpassam a dimensão do visível, expresso apenas na paisagem.

Nesta ótica, torna-se nítido nas cidades estudadas uma organização familiar que se dá em torno de novos arranjos, derivados pro processo de recriação, ressignificação do espaço vivido, resultantes do conflito entre o modo de vida passado – rural – com a modernidade e o dinamismo do novo – do urbano – havendo assim processos de

desconstrução e reconstrução que induzem a reestruturações socioterritoriais que mesclam os dois modos de viver e habitar espaço.

Em Iranduba identificou-se famílias estruturadas em torno do modo de vida que se assemelha e remete a organização característica de comunidades rurais, onde é possível observar a cooperação e articulação dos moradores, havendo a partilha de mercadorias como excedente da criação de animais de pequeno porte, bem como de hortaliças cultivadas nos quintais.

Em Silves estas práticas de escambo são ainda mais fortes, havendo reuniões entre os vizinhos para serviços nos quintais e para pesca em conjunto, bem como para o reparo dos cercados de madeira das propriedades, como pagamento fica a possível retribuição futura em tarefas equivalentes. Nota-se ainda um desapego ao material, como com a criação dos animais que ganham status de produto comum a todos.

O que eu crio aqui no quintal não é só meu né, já que tá solto e cisca em todo canto tanto, que você pode ver ai ó, fica solto, tudo solto, é galo, é pato, e não some nenhum, daí até a vizinha ali quer um frango desse aí eu não tenho nem como dizer não porque até uma tábua que solta aqui (na casa) se pedir pro vizinho ele arruma pra nós, que ele é bom em carpintaria né (Fragmento da fala de M. R. S., 2019).

Estas formas e reestruturações desses grupos sociais, que agregam aspectos da ruralidade a suas práticas diárias, aproximando-se de uma realidade distinta da que se espera vivenciar na cidade, e segundo Floriani et al (2017) são a prova de que os atores sociais “recriam a memória que tinham, fazendo com que se remetam a esses lugares nostalgicamente, admitindo que exercem tais práticas como algo que as conecta” (FLORIANI et al, 2017, p. 167).

Em todos os pontos elencados em Silves (figura 8) pode-se observar algum tipo de prática voltada à troca e/ou partilha de produtos ou mesmo de serviços básicos como pequenos consertos nas estruturas das casas ou manutenção de ferramentas usadas para lida com a terra – facão, enxada – ou na pesca – canoa, rede de pesca.

Eu mesmo quando vou pescar sempre chamo o meu irmão que mora ali [casa ao lado] por que ele não tem canoa, mas daí como eu tenho a gente usa ela, o que é meu é dele também, a Maria também tem os irmãos dela que as vezes vem aqui pegar uma malhadeira que eu mesmo que teço as minhas, eu aprendi quando eu era criança com meu pai, nunca me esqueci [...] agora um peixe é muito bom e nesse rio ai é só jogar a linha que você pega peixe, o “cabra” morre de fome só se quiser mesmo (trecho da fala de A. C., 2019 – Silves).

Assim, verificam-se modos de viver e habitar que resistem à pujança das modernidades que chegam com a cidade, como os celulares e a internet e mesmo a

televisão é posta de lado em relação ao velho e bom aparelho de rádio, que não mais é “de pilha” e sim, conectado a energia, como mostra a figura 19.

Figura 19: Mulher sintonizando o Rádio - Iranduba/AM.



Foto: SOUZA, M. P. 2019.

Já em Iranduba, dos pontos destacados no mapa, conforme mostra a figura 7, estas práticas só foram observadas nos pontos onde se concentram membros da mesma família, como é o caso da área próxima ao centro administrativo do município.

Destacamos assim que a ruralidade nestes municípios se expressa de diferentes formas estando ligadas a contextos culturais, sociais, econômicos. Desta forma, a partir das construções e representações sociais, o urbano constitui-se como categoria simbólica, tornando-se cada vez mais difícil delimitar espaços genuinamente urbanos ou rurais (CARNEIRO, 1997).

Quanto ao aspecto de organização do núcleo familiar para o desenvolvimento de atividades diárias, em ambos os municípios verificou-se a existência de uma divisão de tarefas entre os integrantes da família, caracterizadas pelas construções históricas onde os homens assumem a responsabilidade pelos serviços considerados braçais, como a de poda das árvores frutíferas, consertos e construção de estruturas como galinheiros e canteiro

suspensos, lida com o roçado e a pesca. Já as mulheres da casa ocupam-se com as tarefas voltadas a lida com os animais que são criados no quintal, bem como dos serviços domésticos, preparo das refeições, limpeza da casa, etc.

Quanto a este aspecto, Silves apresenta o maior número de ocorrências deste tipo de estrutura familiar e divisão de tarefas diárias. Para Castro (2011, p. 57) “As famílias extensas atuam organizadas e de forma cooperada nas unidades produtivas, na divisão do trabalho e na concentração dos recursos”, o que se observa de forma muito frequente em Silves onde a maioria dos integrantes das famílias ocupam-se de serviços como a construção, pesca e agricultura, e alguns poucos vinculam-se a trabalhos formais, que em sua maioria estão ligados a administração pública.

Eu e o Raimundo somos aposentados já faz tempo, aposentadoria rural, na época o prefeito fez isso, aposentou vários agricultor e nois entramo nesse grupo, ele já tem mais de 70 ano, nem me lembro é que as vez falha a memória sabe (risos), eu sou mais velha que ele eu tenho 81. Daí esse nosso neto que mora com nois ele terminou o estudo mas ele tá por aqui e a gente ajuda ele, dá um dinheirinho pra ele né, mas ele cuida ai das coisas arruma o que precisa, por que o Raimundo era carpinteiro também mas agora ele não garante mais fazer esse serviços de corta madeira e construção, mas essa casa aqui foi ele mais o compadre Alonso que levanto, e faz tempo e ainda tá boa aqui ó (extrato da fala de M. B. R., 2019 - Silves).

Em contraposição, Irlanduba apresenta muito pouco dessa estrutura familiar. Em grande parte dos casos, as mulheres são responsáveis pela criação dos animais, cultivo das hortaliças, como na figura 20, e ainda pela construção ou manutenção dos galinheiros e canteiros. Os homens e membros mais jovens da família dedicam-se a trabalhos formais ou mesmo aos estudos, desta forma, não se ocupam em tarefas do dia-dia.

Figura 20: Mulher alimentando criação - Iranduba/AM.



Foto: SOUZA, M. P., 2019.

A ruralidade como aspecto imaterial pode ser aferida através de outros hábitos do dia-dia rural e que podem ser observados nestes municípios – hora de acordar e dormir – práticas econômicas – o comprar fiado no mercantil – hábitos alimentares – comer o que se planta e o que se cria no quintal, comer o pescado – e mesmo práticas de lazer - banho de rio, as histórias antigas nos fins de tarde, o futebol na várzea ao fim do dia.

Este último aspecto também foi identificado com maior predominância na cidade de Silves, que preserva a ruralidade de forma natural, rotineira, ou seja, notoriamente os silvenses ainda que tenham incorporado alguns dos conteúdos difundidos pela vida urbana, preservam a memória e reproduzem o simbolismo da vida rural como forma de manutenção do espaço de vivência, conforme se pode identificar nas narrativa a seguir, em que a moradora fala sobre seus costumes.

“Eu durmo é cedo, seis hora nos já tamo é com a janta pronta, por que aqui todo mundo acorda cedo né [...] quando não a gente fica mais um pedaço ali pela frente eu fico conversando mais a vizinha até mais tarde um pouco” (extrato do relato de S. A. S., 2019).

[...] tudo que precisa comprar a gente manda o nosso neto ir buscar lá no mercado, daí ele nota lá, e ele confia porque eu nunca levei um documento lá pra ele, nos a vida toda compramo lá [...] mas também nós nunca deixa passar nenhum dia a conta lá, eu recebo e é o primeiro lugar que eu pago, Deus me livre eu sujar meu nome por aí (extrato da fala de M. B. R., 2019 - Silves).

Iranduba, ainda que preserve diversos dos aspectos supracitados, diferentemente de Silves, tem menor intensidade nesses tipos de relações do cotidiano que agregam o simbolismo do rural. Pode-se identificar que os indivíduos preservam o apego a tranquilidade e a segurança da vida no campo.

“[...] quando a gente veio do sítio pra cidade foi mais pros minino ter estudo mesmo mas nós procuramo mermo foi logo uma casa com quintal grande e com arvore, daí achamo essa aqui e tamo até hoje por aqui” (extrato da fala de L. M., 2019 – Iranduba).

Aqui eu moro a vida toda, meus filhos tudo são daqui mas agora foram pra Manaus e tem duas pra fora, pro Acre, já pelejaram pra me levar pra lá ... rum, eu lá quero nada rapaz, a gente só escuta é tragédia pra lá, se eu ligar esse rádio aqui agorinha eu posso valer como já fala logo em assalto em droga, mais eu não saio daqui não, só quando ele (Deus) me levar mesmo (extrato da fala de R. R., 2019 - Silves).

Fazendo um apanhado geral, em ambas as cidades o espaço urbano está representado pela mescla de práticas do rural e do urbano, ocorrendo de forma simultânea e que caracterizam o devir rurbarno (FLORIANE et al, 2017) sendo esta nova territorialidade materializada por processos de transformações advindas dos processos de des/re/territorialização (HAESBAERT, 2004).

Desta forma, podemos inferir que estas territorialidades encontra-se enraizada nos aspectos subjetivos dos atores sociais que reproduzem suas ruralidades em ambos os municípios, em parte como perpetuação destas vivências como também resistência ao modo de vida urbano, que se expressa no cotidiano e está presente em cada lugar, como parte da *história de cada homem e mulher*, podendo ser vivenciada *por quem quiser*, como *uma Prece Amazônica*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA NOVOS COMEÇOS

Sendo o homem produto de sua construção histórica e das vivências em um dado território, a reprodução do modo de vida, urbano ou rural, se dá a partir da construção que os indivíduos fazem em seu espaço vivido e assim sendo, as mudanças e a modernização da sociedade, associadas ao modo de produção capitalista e a ação dos agentes produtores do espaço, induzem cada vez mais a uma conversão dos territórios rurais a zonas urbanas dos municípios, havendo um movimento onde há inicialmente a ruptura da estrutura socioespacial e posteriormente a reconstrução através da (re) apropriação do território como parte dos processos de reterritorialização.

Em ambos os municípios, hábitos e costumes reproduzidos anteriormente em espaços rurais continuam a fazer parte do cotidiano dos sujeitos como marcas das vivências anteriores, uma vez que, mesmo com o processo de mudança observado, onde o urbano chega ao rural, as ruralidades no urbano continuam a se perpetuar, ainda que de forma distinta nos dois municípios.

Desta forma, a ruralidade identificada em Iranduba pode ser entendida como formas de resistência ao modo de vida característico da cidade, do urbano, e que apreende o espaço rural como monótono e atrasado. Por outro lado, Silves apresenta a ruralidade como permanência de um modo de vida comum, e que mesmo com a chegada da modernidade e das estruturas características do espaço urbano, se mantém. Com isso, nota-se que os hábitos característicos do cotidiano rural são reproduzidos naturalmente pelos moradores no espaço da cidade.

A ruralidade se traduz em aspectos materiais e imateriais, estando presente nas casas e na vida dos moradores, seja de forma explícita, representada pela estrutura das residências, criação de pequenos animais e cultivo para consumo das famílias, e de forma implícita, ligados aos hábitos do dia-dia como a hora de dormir e acordar. O que se troca ou se dá são além de produtos – materiais – símbolos – imateriais – do ser rural.

Torna-se evidente que Iranduba, de frente para Manaus, sofre maior influência e difusão dos códigos da metrópole, e por isso, detém uma ruralidade com menor intensidade, já que a estrutura socioeconômica do município imprime aos moradores o modo de vida metropolitano. Por outro lado, pra quem vai pela borda norte da metrópole, Silves apresenta a ruralidade com maior verdor, intensidade, mantendo aspectos da simplicidade característica da vida que se leva no interior do Amazonas, mantendo de

forma vívida a ligação estrita ligação com o rio, sendo estas as ruralidades nesse urbano metropolitano, que não é estático, tampouco perene, pois se encontra ligado estritamente ligado aos processos de mudanças econômicas, territoriais e sociais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS. Lei Complementar nº 005 de 09 de janeiro de 2014. Altera a redação da Lei 113/1994 que institui o código de posturas do município de Silves e dá outras providências. **Diário Oficial dos Municípios do Amazonas**, Amazonas, 10 jan. 2014. Disponível em: <http://www.diariomunicipal.com.br/aam/>. Acesso em: 01 ago. 2019a.

AMAZONAS. Lei nº 129, de 21 de fevereiro de 2011. Institui o Plano Diretor do Município de Iranduba e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Amazonas, 22 fev. 2011. Ano II, nº 0287. Disponível em: <http://www.diariomunicipal.com.br/aam>. Acesso em: 01 ago. 2019b.

ALONSO, S. CASTRO, E. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. In CARDOSO, A. C. D. (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006.

ALVES, F. D. Considerações sobre métodos e técnicas em Geografia humana. **DIALOGUS**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, 2008, p. 227-241.

BECKER, B. K. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BOWDER, J. O. GODFREY, B. J. **Cidades na floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira**. Trad. Gisele Vieira Goldstein. Brasil, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

CARDOSO, A. C. D. LIMA, J. J. F. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006.

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, p. 252-280, jan./jun. 2009. Disponível em: Acesso em: 04 abril 2019.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

CARLOS, A. F. A. A reprodução do espaço urbano como condição da acumulação: cotidiano, privação e insurgência. In: FERREIRA, A. et al. (orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

CASTRO, Albejamere Pereira de. et al. A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do Projeto PIATAM, In FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto. PEREIRA, Henrique dos Santos. WITKOSKI, Antônio Carlos. (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: Reggo Edições, 2011, pp 55-90.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A. SOUZA, M. L. SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 5ª reimp. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

CRUZ, M. J. M. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-03122007-112229. Acesso em: 2019-09-29.

FILHO, Henyo. Populações tradicionais: introdução da crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C. (org.) et al. **Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade**. São Paulo, FAPESP, 2006.

FLORIANI, N. *et al.* Microterritorialidades rurais em um espaço urbano no sul do Brasil: imaginários geográficos e outros modos de habitar a cidade. In: LIMA, M. SHIRAIISHI NETO, J. SOUZA FILHO, B. (Orgs.). **Dinâmicas territoriais e conflitos socioambientais**. São Luís: EDUEMA, 2017.

FURTADO NETO, G. A. B. SOUSA, I. S. LIMA, S. P. M. Metropolização e receitas públicas: Análise a partir dos impostos e dos fatores socioeconômicos. In TOLEDO, F. S. (Org.). **Meio ambiente em foco**. Belo Horizonte – MG: Poisson, 2018. p. 143 – 151.

GERHARDT, T. E. SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUERRA, G. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. In CARDOSO, A. C. D. (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

IRANDUBA – Prefeitura Municipal de Iranduba. **A História da Cidade**. Disponível em: <http://www.iranduba.am.gov.br/a-historia-da-cidade/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 84, P. 93-104, 2006

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Alvaro. et al. (orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

LIMA, M. C. **Quando o amanhã vem ontem: a institucionalização da região metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do espaço na Amazônia ocidental**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-06042015-191044. Acesso em: 14-09-2019.

MARANDOLA JR., E. ARRUDA, Z. A. Urbanidade e Ruralidade no Brasil e as redefinições entre campo e cidade. **Boletim de Geografia**, v. 23, n. 1, p. 24-38, 11.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 2 ed. São Paulo: Polis, 1981, pp. 169-189.

- MORESI, E. (Org.). **Metodologia científica**. Brasília-DF: Universidade Católica de Brasília, 2003.
- OLIVEIRA, J. A. Cidades rios e floresta: raízes fincadas na cultura na terra e na natureza. In. BRAGA, S. I. G. (org). **Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- PEREIRA, Henrique dos Santos. Dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do Rio Solimões-Amazonas. In. FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto. PEREIRA, Henrique dos Santos. WITKOSKI, Antônio Carlos. (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: Reggo Edições, 2011, pp. 11-32.
- RUA, J. **Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades**. Campo e território. Revista de Geografia Agrária, v.1, n.1, 2006.
- RUA, J. Urbanidade, urbanidades, urbanidades no rural: uma construção para melhor compreender a unicidade do espaço geográfico. In. FERREIRA, A. et al. (orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.
- SÁ, M. E. R. COSTA, S. M. G. TAVARES, L. P. O. O rural e o urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In CARDOSO, A. C. D. (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.2014.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. 3 reimp. São Paulo: Edusp, 2013.
- SILVES. Prefeitura Municipal de Silves. **História**. Disponível em: <https://www.silves.am.gov.br/pg.php?area=HISTORIA>. Acesso em: 03 ago. 2019.
- SJOBERG, G. **Cidades**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- SOUSA, I. S. **A ponte Rio Negro e a reestruturação do espaço na região metropolitana de Manaus: um olhar a partir de Iranduba e Manacapuru**. Manaus: Editora REGGO/UEA Edições, 2015.
- SOUZA, M. A. **Governo urbano**. São Paulo: Editora Nobel, 1988.
- SOUZA, O. T. BRANDENBURG, A. As mudanças na relação sociedade/natureza e o surgimento da dimensão pública do espaço rural. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. XIII, n. 1, p. 51-64, jan./jun. 2010.
- SPOSITO, E. S. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In. CASTRO, I. E. MIRANDA, M. EGLER, C. (Orgs) **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand: FAPERJ, 2000. pp. 347-359.
- SPOSITO, E. S. A crise paradigmática e a crítica do conhecimento geográfico. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 14, p. 141, 151, 1997.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- TRINDADE JR, S-C. C. C. Cidades na floresta: os grandes objetos como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista ieb**, São Paulo, nº 50, p. I3-I38, 2010.

VALE, A. R. A delimitação rural/urbano, as relações cidade-campo e a nova ruralidade: reflexões sobre o espaço rural brasileiro. *In*: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** [...]. [S. l.: s. n.], 2005.